



Especialização em  
**GESTÃO  
PÚBLICA  
MUNICIPAL**

**Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE**

Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia

**DIFICULDADES E ANSEIOS: Um olhar para a  
população LGBTQIA+ no Município de  
Afogados da Ingazeira**

Decivânia da Silva Alves

Tabira - PE

2022

DECIVÂNIA DA SILVA ALVES

# **DIFICULDADES E ANSEIOS: Um olhar para a população LGBTQIA+ no Município de Afogados da Ingazeira**

Monografia apresentada junto à Unidade de Educação a Distância e Tecnologia – EADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Me. Rodrigo Danniel da Silva Alexandre

Tabira - PE  
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- A474d Alves, Decivânia  
Dificuldades e anseios: Um olhar para a população LGBTQIA+ no município de Afogados da Ingazeira /  
Decivânia Alves. - 2022.  
58 f.
- Orientadora: Rodrigo Danniel da Silva Alexandre.  
Inclui referências e apêndice(s).
- Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Especialização em Gestão Pública Municipal, Recife, 2022.
1. LGBTQIA+. 2. Orientação sexual. 3. Identidade de gênero. 4. Políticas públicas. 5. Gestão municipal.  
I. Alexandre, Rodrigo Danniel da Silva, orient. II. Título

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Decivânia da Silva Alves

## **DIFICULDADES E ANSEIOS: Um olhar para a população LGBTQIA+ no município de Afogados da Ingazeira**

Monografia apresentada junto à Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia –UAEADTec/UFRPE como requisito parcial para conclusão da Especialização em Gestão Pública Municipal.

**Aprovada em 19/09/2022.**

**Banca Examinadora:**

---

**Rodrigo Dannel da Silva Alexandre**

Presidente e Orientador

---

**Lucas Alencar Pinto**

Examinador

---

**Sérgio Bezerra de Menezes**

Examinador

## AGRADECIMENTOS

No decorrer da vida, aprendi que gratidão não é apenas um sentimento, mas um estilo de vida. Quando somos gratos, as situações passam a ser enxergadas de outra forma, pois tudo que vem se não é benção, é lição.

É com esse sentimento que quero, inicialmente, agradecer aos meus familiares que me apoiaram na realização deste trabalho: minha mãe Fátima, que é a razão da minha vida, exemplo de mãe, mulher, guerreira; meu filho Talles, que veio trazer luz para a minha existência e por meio do qual ressignifiquei o sentido da palavra empatia; minha irmã Djanete, que se encaixa como minha outra metade: parceira, cúmplice e amiga; meu irmão Djailson por existir em minha vida e ter um coração tão gigante, que sempre dá, sem esperar nada em troca e meu pai Decival, agricultor, trabalhador, perseverante e carinhoso. O pai que muita gente gostaria de ter: nordestino, sertanejo... Um forte.

A meu orientador, professor Mestre Rodrigo Dannel, pela paciência, por acolher o meu tema e me dar segurança em desenvolver um trabalho tão desafiador. Aos meus colegas de trabalho e de curso. Esses últimos, mesmo à distância, ofereceram muita força e a energia enviada de tantas cidades, as boas vibrações de corpos que ainda não se encontraram, serão inesquecíveis na minha vida.

A Rogério, Lúcio, Gerson e Laeiguea, pela ajuda nos mais variados momentos e sentidos, pelo acolhimento, pela gentileza em me aceitar...

A toda comunidade LGBTQIA+ do município de Afogados da Ingazeira, que se envolveu e aceitou fazer parte do meu trabalho, contribuindo para que tudo desse certo, no final.

A todas as pessoas que fazem parte da gestão pública de Afogados da Ingazeira e me ajudaram no que foi possível, dentro das suas limitações, nas pessoas de Madalena Leite, Arlindo Júnior, Elias Mendes e Eliana Rabelo.

Agradeço à UFRPE a oportunidade de ter feito o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal e ter tido tantos professores maravilhosos e inspiradores. E aos tutores, representados nas pessoas de Anderson Góis e Liliane, que deram todo o suporte, muitas vezes, orientando, acalmando e se fazendo presente, sem estar presentes, quando mais precisávamos.

Por fim, agradeço e ofereço esse trabalho a Claudete e Éder (in memoriam), que marcaram a minha vida com a perda das suas vidas. Claudete preferiu acabar com sua dor e Éder teve sua vida terrena ceifada de uma forma cruel e brutal. Que descansem em paz e possam ser, onde estiverem, quem que não lhes foi permitido ser aqui na terra.

Veja luz no outro. Seja luz para o outro. Tente ver com os olhos do outro, ouvir com os ouvidos do outro e sentir com o coração do outro. Só poderemos entender as pessoas, quando conseguimos senti-las, em nós mesmos. Quando julgamos, não temos tempo para amar.

(Wandy Luz)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como finalidade identificar as dificuldades e demandas da população LGBTQIA+ maior de 18 anos no município de Afogados da Ingazeira no ano de 2022, a partir de uma análise da realidade social e econômica dessas pessoas, com escuta ativa e produção de dados estatísticos obtidos por meio da aplicação de um formulário semiaberto. Buscou-se identificar políticas públicas e ações existentes direcionadas à referida população a nível municipal e, a partir dos dados obtidos, foram sugeridas políticas públicas específicas na área de saúde e contra a LGBTfobia. O referencial teórico contemplou discussões acerca do Movimento LGBTQIA+ no Brasil, abordando a sua história e evolução, bem como os principais direitos alcançados a nível federal e estadual. Também foram apresentados conceitos relacionados a identidade de gênero, orientação sexual e significado das letras que compõem a sigla, seguidos de uma abordagem sobre uso de indicadores pela gestão municipal, bem como a relevância e dificuldades acerca da implementação de políticas públicas direcionadas à população LGBTQIA+ a nível municipal. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram na aplicação de um questionário online, semiaberto no formato Bola de Neve, com dez perguntas fechadas e quatro abertas, que alcançou 29 pessoas da comunidade LGBTQIA+ do município de Afogados da Ingazeira. Foi feita também uma entrevista junto ao secretário adjunto de assistência social e buscou-se informações complementares com um representante da Secretaria Municipal de Educação e outro da Secretaria Municipal de Saúde. Os dados obtidos indicam que o público alvo da pesquisa não tem conhecimento de vários direitos já adquiridos, tendo também demandas que precisam ser colocadas em prática, e a gestão municipal está caminhando para elaborar as primeiras políticas públicas direcionadas às pessoas LGBTQIA+ de Afogados da Ingazeira. Com base nas discussões apresentadas, considera-se que esta pesquisa contribuiu não apenas para gerar dados sobre a população LGBTQIA+ de Afogados da Ingazeira, mas para dar visibilidade e elencar suas principais demandas, podendo servir de subsídio para a elaboração de políticas públicas direcionadas a essa população, que vive em uma luta constante pelo fim da discriminação, igualdade, respeito e uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-chave:** LGBTQIA+, orientação sexual, identidade de gênero, políticas públicas, dados, gestão municipal.



## ABSTRACT

This research aims to identify the difficulties and demands of the LGBTQIA+ population over 18 years old in the municipality of Afogados da Ingazeira in the year 2022, based on an analysis of the social and economic reality of these people, with active listening and production of statistical data obtained. Through the application of a semi-open form. We sought to identify existing public policies and actions aimed at this population at the municipal level and, based on the data obtained, specific public policies in the area of health and against LGBTphobia were suggested. The theoretical framework included discussions about the LGBTQIA+ Movement in Brazil, addressing its history and evolution, as well as the main rights achieved at federal and state levels. Concepts related to gender identity, sexual orientation and the meaning of the letters that make up the acronym were also presented, followed by an approach on the use of indicators by municipal management, as well as the relevance and difficulties regarding the implementation of public policies aimed at the LGBTQIA+ population municipal level. The methodological procedures adopted consisted in the application of an online questionnaire, semi-open in Snowball format, with ten closed questions and four open questions, which reached 29 people from the LGBTQIA+ community in the municipality of Afogados da Ingazeira. An interview was also carried out with the assistant secretary of social assistance and complementary information was sought with a representative of the Municipal Secretary of Education and another of the Municipal Secretary of Health. The data obtained indicate that the target audience of this research is not aware of several rights already acquired, also having demands that needs to be carried out, and the municipal management is moving towards developing the first public policies aimed at LGBTQIA+ people from Afogados da Ingazeira. Based on the discussions presented, it is considered that this research contributed not only to generate data on the LGBTQIA+ population of Afogados da Ingazeira, but to give them visibility and list their main demands, being able to serve as a subsidy for the elaboration of public policies directed to this population, which lives in a constant struggle for the end of discrimination, equality, respect and a better quality of life.

**Keywords:** LGBTQIA+, sexual orientation, gender identity, public policies, data, municipal management.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Faixa etária do grupo pesquisado.....	31
<b>Gráfico 2</b> - Identidade LGBTQIA+ .....	32
<b>Gráfico 3</b> – Grau de escolaridade .....	33
<b>Gráfico 4</b> – O uso de nome social.....	34
<b>Gráfico 5</b> - Percentual de pessoas LGBTQIA+ empregadas e desempregadas no momento da pesquisa .....	34
<b>Gráfico 6</b> – Profissão das pessoas entrevistadas.....	35
<b>Gráfico 7</b> – Gráfico 7 - Tipo de vínculo trabalhista .....	36
<b>Gráfico 8</b> – Renda Mensal.....	37
<b>Gráfico 9</b> - A pessoa entrevistada já foi vítima de agressão ou violência, por ser LGBTQIA+? .....	38
<b>Gráfico 10</b> - Percentual de respondentes que já utilizaram os serviços oferecidos pelo SUS no município .....	39
<b>Gráfico 11</b> - Nível de satisfação quanto ao atendimento dos serviços oferecidos pelo SUS no município .....	40

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Serviços do SUS utilizados pelo grupo entrevistado.....	39
<b>Quadro 2</b> - Ações, políticas públicas e planejamento .....	41
<b>Quadro 3</b> – Principais demandas da população LGBTQIA+ .....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGLBT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
CID	Classificação Internacional de Doenças
CLT	Consolidação de Leis do Trabalho
COAS	Centro de Orientação e Aconselhamento Sorológico
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLTTB	Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais, Queer, Intersexual, Assexual
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
PNDCDH- LGBT	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
2. JUSTIFICATIVA .....	14
3. OBJETIVOS .....	16
3.1 Geral .....	16
3.2 Específicos.....	16
4. REVISÃO DA LITERATURA.....	17
4.1 A LUTA POR DIREITOS .....	17
4.2 O MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL .....	19
4.3 IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL - O SIGNIFICADO QUE ENVOLVE A SIGLA LGBTQIA+ .....	20
4.3.1 Identidade de gênero .....	21
4.3.2 Orientação Sexual.....	22
4.3.3 Afinal, por que LGBTQIA+? .....	23
4.4 O USO DE INDICADORES NA GESTÃO PÚBLICA E MUNICIPAL .....	23
4.5 RELEVÂNCIA E DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À POPULAÇÃO LGBTQIA+ .....	25
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
5.1 COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	28
5.2 JUSTIFICATIVA E ELEMENTOS DA AMOSTRA .....	29
5.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	29
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	31
6.1 REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E OUTROS ASPECTOS .....	31
6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES EXISTENTES NO MUNICÍPIO .....	40
6.3 AFINAL, O QUE QUER A POPULAÇÃO LGBTQIA+?.....	44
7. CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS .....	51

## 1. INTRODUÇÃO

A comunidade LGBTQIA+ tem ganhado visibilidade nas últimas décadas. Surgem, com esse crescimento, demandas específicas que não podem ser ignoradas pela gestão pública, uma vez que essas pessoas ainda são vítimas da LGBTfobia e não recebem, muitas vezes, um tratamento adequado pelo Sistema Único de Saúde - SUS (SMANIOTTO, 2018, p. 63). Embora existam algumas conquistas, com a luta constante por direitos, a sociedade ainda tem que amadurecer muito para respeitar as orientações sexuais e compreender o significado de identidade de gênero.

Diante desses fatores, faz-se necessário identificar quais são as demandas e dificuldades que a população LGBTQIA+ têm na cidade de Afogados da Ingazeira, que por ser uma cidade tradicionalmente religiosa, acaba apresentando traços mais conservadores e, conseqüentemente, a gestão municipal pode encontrar dificuldades ou não se empenhar em desenvolver políticas públicas direcionadas a esse grupo de pessoas. Afogados da Ingazeira é um município que fica no interior de Pernambuco, localizado no Sertão do Alto Pajeú e tem, de acordo com o último levantamento do IBGE, uma população estimada em 37.546 habitantes. Por ser considerada cidade polo da região, sua economia tem como base a pecuária de corte, a pequena agricultura, o comércio e o setor de serviços.<sup>1</sup>

Nesse sentido, chama atenção o fato de não haver, segundo o secretário adjunto de assistência social de Afogados da Ingazeira, indicadores oficiais no âmbito municipal, que mostrem o perfil social e econômico dessas pessoas, o que acaba aumentando a invisibilidade desse grupo. Nesse contexto, Januzzi (2014, p. 13) destaca que o uso de dados e indicadores é essencial para nortear as ações e políticas públicas, retratar uma determinada situação, além de ajudar na elaboração de diagnósticos socioeconômicos. No decorrer do trabalho, é apresentado um histórico sobre a luta pelos direitos e como surgiram os primeiros grupos que deram origem ao movimento LGBTQIA+<sup>2</sup>. São abordados conceitos relacionados a Identidade de Gênero e Orientação Sexual, possibilitando a compreensão da sigla utilizada

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://afogadosdaingazeira.pe.leg.br/o-municipio/> Acesso em 13 Abr. 2022.

<sup>2</sup> A sigla LGBT foi estabelecida na 1ª Conferência GLBT, que aconteceu no ano de 2008 no Brasil (GOMES; ZENAIDE, 2019, p.8), porém neste trabalho será utilizada a sigla LGBTQIA+, que tem sido utilizada nos últimos anos pelo movimento e representa a diversidade e a luta pela inclusão das minorias.

atualmente. Em seguida, são apresentados conceitos sobre a importância do uso de indicadores e da implementação de políticas públicas.

Dessa forma, o presente trabalho buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa: **quais são as dificuldades e demandas da população LGBTQIA+ maior de 18 anos do município de Afogados da Ingazeira?**

Para isso foram utilizados procedimentos metodológicos que envolveram questionário semiaberto, que contou com a colaboração de 29 pessoas da comunidade LGBTQIA+ do município. Os dados obtidos possibilitaram uma análise do perfil social e econômico dessas pessoas e as demandas reveladas por elas, podem servir como suporte para a elaboração de políticas públicas na área de saúde e contra a LGBTfobia. Foi necessário, para completar a pesquisa, uma investigação ativa com entrevista, que ocorreu junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, de modo que fossem identificadas eventuais ações já adotadas no município. Marconi e Lakatos (2021, p. 226) destacam que a entrevista, realizada entre duas pessoas, ajuda na obtenção das informações sobre determinado assunto.

Por fim, será possível visualizar a consolidação da pesquisa por meio da análise dos resultados, que serão apresentados por meio de gráficos e quadros. Percebe-se que, a partir do momento em que se tem dados concretos e que é feita a escuta ativa, torna-se possível identificar as demandas da população LGBTQIA+ do município e, ao mesmo tempo, analisar o cenário social e econômico em que essas pessoas estão inseridas. Tudo isso pode servir de base para a elaboração das políticas públicas tão necessárias e urgentes a essa população.

Falar de respeito, tolerância e direitos torna-se cada vez mais necessário em uma sociedade relativamente LGBTfóbica. Adotar políticas públicas que melhorem a qualidade de vida dessas pessoas é extremamente relevante, da mesma forma que obter dados e produzir indicadores torna-se essencial para diminuir a invisibilidade dessa população. É necessário informar, conscientizar e garantir a esses cidadãos os direitos básicos assegurados na Constituição.

## 2. JUSTIFICATIVA

Afogados da Ingazeira é um município localizado no Sertão de Pernambuco e tem, de acordo com o último levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), uma população estimada de 37.546 habitantes. Entretanto não há, até o presente momento, dados estatísticos sociais e econômicos e nem políticas públicas específicas para a população LGBTQIA+ existente na cidade. Embora tenha representatividade em algumas secretarias municipais e no poder legislativo, a cidade tem apenas o Grupo LGBTQIA+ Filhos do Pajeú que foi fundado em 2012 e busca, junto à Secretaria de Assistência Social e à Câmara de Vereadores, o desenvolvimento de Políticas Públicas direcionadas à população LGBTQIA+ do município.

Sendo assim, após pesquisas realizadas em portais de periódicos acadêmicos como Scielo, Capes e Google Acadêmico foi perceptível que, embora existam vários trabalhos científicos abordando políticas públicas LGBT, há escassez de pesquisas que relacionem o uso de indicadores e escuta ativa com a criação e implementação de políticas públicas LGBTQIA+. Hipoteticamente, um dos possíveis motivos pode estar ligado ao fato de o tema em questão ser visto por muitos como “delicado de se abordar”. Além do mais, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - principal órgão de pesquisas e estatísticas do Brasil, divulgou apenas no mês de maio de 2022 a primeira pesquisa com dados experimentais sobre a orientação sexual da população brasileira, em que a pergunta sobre orientação sexual foi inserida no Módulo de Atividade Sexual da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, não sendo abordado, contudo, a identidade de gênero (IBGE, 2022).

A nível nacional, os últimos direcionamentos de políticas públicas LGBTQIA+ foram no ano de 2015, já em 2018 foi lançado um manual com informações sobre o tema. A nível estadual, tem-se o Plano Estadual dos direitos da população LGBT de Pernambuco, elaborado no ano de 2017 e aprovado pela ALEPE no ano de 2018, cujos objetivos são estabelecer, afirmar e garantir os direitos LGBT por meio da implementação das políticas públicas propostas no referido plano<sup>3</sup>. Já a nível local, não há pesquisas que sejam relacionadas às demandas da população LGBTQIA+.

---

<sup>3</sup> Disponível em [http://www.sdscj.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano\\_Estadual\\_de\\_Promocao\\_dos\\_Direitos\\_da\\_Populacao\\_LGBT\\_de\\_Pernambuco.pdf](http://www.sdscj.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano_Estadual_de_Promocao_dos_Direitos_da_Populacao_LGBT_de_Pernambuco.pdf)



Justifica-se, dessa forma, a importância desse trabalho que tem o intuito não apenas de produzir dados e lidar com números, mas também contribuir com a visibilidade de tantos cidadãos que sofrem preconceito e violência diariamente. Pessoas que têm lutado para alcançar seu lugar na sociedade com muita garra e determinação e têm conseguido avanços tímidos, pois ainda há muito a ser alcançado. É importante salientar que é dever do gestor público implementar políticas que beneficiem toda a população e, especialmente o gestor municipal, que está mais próximo às demandas do povo.

Acrescenta-se à relevância da pesquisa, o fato de que grande parte das políticas públicas e ações implementadas a nível municipal, direcionadas às pessoas LGBTQIA+ acaba sendo apenas nos grandes centros, sendo que, especialmente nos municípios pequenos a LGBTfobia acaba gerando graves danos físicos e emocionais, como evasão escolar, violência, discriminação, assassinatos e suicídios. Além disso, existe também a prostituição e a dificuldade dessas pessoas ingressarem no mundo do trabalho. Nos pequenos municípios, onde o conservadorismo impera, muitas famílias têm dificuldades de lidar com a orientação sexual e a identidade de gênero dos filhos, órgãos públicos não têm diretrizes de tratamento para essas pessoas que enfrentam dificuldades diariamente em inúmeras situações, inclusive no âmbito da saúde, quando muitos fazem uso de hormônios por conta própria, correndo risco de morte.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1 Geral**

- Identificar as dificuldades e demandas da população LGBTQIA+ maior de 18 anos no município de Afogados da Ingazeira no ano de 2022.

#### **3.2 Específicos**

- Analisar a realidade social e econômica da população LGBTQIA+ no município de Afogados da Ingazeira, por meio de dados estatísticos;
- Identificar políticas públicas e ações existentes voltadas à população LGBTQIA+;
- Propor políticas públicas específicas na área de saúde e contra a LGBTfobia;
- Abordar a relevância do uso de dados e indicadores pela gestão pública.

## 4. REVISÃO DA LITERATURA

A Revisão da Literatura apresentada a seguir, abordará a luta pelos direitos e o que já foi conquistado, bem como trará um breve resumo sobre a história da população LGBTQIA+ no Brasil. Se faz necessário, para um melhor aprofundamento, compreender o significado que abrange a sigla LGBTQIA+ seguido da importância que tem o uso dos dados presentes nos indicadores, para o gestor público municipal nortear suas ações. Por fim, será apresentado o conceito que é atribuído às Políticas Públicas e a sua importância na gestão municipal.

### 4.1 A LUTA POR DIREITOS

A nível internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, já trouxe no seu Artigo 1º, que todos os indivíduos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos. Já no Brasil, a luta da população LGBTQIA+ pelo tratamento isonômico e pela garantia dos direitos básicos começou a ganhar força após o fim da Ditadura Militar (1964-1985), quando foi aprovada a Constituição de 1988, que trouxe no seu Artigo 5º “a igualdade de todos, perante a Lei, sem distinções de qualquer natureza” e no Parágrafo IV, “o ideal de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Embora já tenham se passado mais de 30 anos, o que se percebe atualmente é que ainda falta muito para que seja visto na prática, o que está garantido na lei.

Em 2002, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, a segunda versão do Programa Nacional de Direitos Humanos já trazia cinco ações que contemplavam orientação sexual, como dimensão da garantia do direito à liberdade, opinião e expressão e outras dez relacionadas à garantia do direito à igualdade de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais – GLTTB. Já no ano de 2004, no governo do então presidente Lula houve a criação do Programa Brasil sem Homofobia, com o objetivo de combater a violência e discriminação contra pessoas GLBT, e no ano de 2008 houve a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos Humanos e Políticas Públicas (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012, p. 407, 408).

Ainda, de acordo com Mello, Brito e Maroja (2012, p. 409), no ano de 2009 foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT e também publicado o Decreto que criou o Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 2010 foi criada a Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos e em 2011 foi implantado o Conselho Nacional LGBT.

Demais direitos como a cirurgia para redesignação do gênero masculino para feminino foi autorizada pelo Conselho Federal de Medicina no ano de 2002 e no ano de 2010 foi autorizada a cirurgia de redesignação sexual feminino para masculino, inclusive com o serviço oferecido pela rede pública de saúde. Já a união civil estável entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo STF em 2011 e o casamento civil homossexual foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da edição da Resolução 175/2013 (STECKELBERG, 2021, p. 19).

Outras conquistas, de acordo com Steckelberg (2021, p. 20) são o uso do nome social foi conquistado Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016 e o direito de modificar o nome e o gênero no registro civil de nascimento, independentemente de processo de transgeneralização, fato esse que aconteceu no ano de 2018. Em Pernambuco, que é o único estado a ter política de saúde específico para a população LGBTQIA+ (Pernambuco, 2017), foi elaborado para o triênio 2017 - 2019 o Plano Estadual de Promoção dos Direitos da População LGBT de Pernambuco, com diversas políticas públicas e ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida e garantia dos direitos básicos a essas pessoas.

O Estado também conta com o Centro Estadual de Combate à LGBTfobia, que ajuda a dar suporte aos crimes e violência contra pessoas LGBTQIA+. Já no mês de maio de 2021, foi aprovada em Pernambuco a Lei Nº 17268<sup>4</sup>, cujo projeto é de origem da mandata coletiva Juntas codeputadas. A referida lei dispõe sobre o uso do nome social de transexuais e travestis nas relações mantidas com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e instituições privadas de educação, saúde, cultura e lazer no âmbito do Estado de Pernambuco.

---

<sup>4</sup> Disponível em <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=55414&tipo=> Acesso em 28 Fev. 2022

## 4.2 O MOVIMENTO LGBTQIA+ NO BRASIL

Embora sempre tenha existido e seja, de acordo com o escritor alemão Goethe (BILESKI, 2018, p. 19, apud VECHIATTI, 2008, p. 40) quase tão antiga quanto a própria humanidade, a homossexualidade ainda é vista por muitos como um tabu, especialmente nos segmentos conservador e religioso. Os primeiros grupos do movimento LGBTQIA+ no Brasil surgiram em uma conjuntura que tinha por um lado a influência do Movimento Norte-Americano<sup>5</sup> Fonseca (2020, p.28) e por outro a Ditadura Militar (1964-1985).

Assim, foi no ano de 1978 que surgiu, dentro do contexto do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) o grupo Somos (Grupo de Afirmação Homossexual) na Cidade de São Paulo e teve início também o Jornal Mensal Lâmpião da Esquina, escrito por homossexuais, para homossexuais (BORTOLOZZI, 2019, p.693). Ainda, de acordo com Bortolozzi (2019) tanto o grupo Somos, quanto o jornal tiveram a curta duração de cinco anos e o seu encerramento se deu em um momento crítico, quando aconteceu a eclosão da epidemia de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), noticiada pela mídia como *peste gay*.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, durante muito tempo, a homossexualidade foi tida como doença<sup>6</sup> com o CID (Classificação Internacional de Doenças) 302.0<sup>7</sup>, sendo incluída na categoria de transtorno mental e associada a tratamentos psiquiátricos que envolviam muita dor e sofrimento, o que implicaria em uma possível “cura” (FÉ, 1985). Não obstante, atualmente, muitas instituições ainda usam o referido termo para induzir pessoas a serem submetidas a um tratamento, seja de cunho religioso ou por meio de hipnose.

A partir dos anos 80, com a redemocratização, muitos outros grupos LGBT começaram a surgir e foi após a luta desses movimentos que, de acordo com Gomes e Zenaide (2019, p.8), o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da relação de doenças no ano de 1985 e em 1999 o Conselho Federal de Psicologia

---

<sup>5</sup> A repressão policial sofrida por um grupo de pessoas, membros da comunidade LGBT, que reivindicava seus direitos, no dia 28 de junho de 1969, na cidade de Nova York que culminou em um protesto que durou cinco noites e ficou conhecido como a Revolta de Stonewall.

<sup>6</sup> A palavra homossexualismo era usada como doença com CID (GOMES; ZENAIDE, 2019, p.13). Hoje, não se usa mais.

<sup>7</sup> De acordo com o Parecer do Processo Consulta do Conselho Federal de Medicina - Nº 05/1985

determinou que nenhum profissional pode exercer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas (BRASIL, 2018, p.8).

Ainda, de acordo com Gomes e Zenaide (2019, p.14), em meados dos anos 90 o Estado identificou a necessidade de ter como parceiro o grupo de homossexuais, na prevenção contra as DSTs/AIDS, firmando parcerias, subsidiando recursos e desenvolvendo projetos. Nesse contexto, surge no ano de 1995 a AGLBT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, que aconteceu em janeiro de 1995.

Em um cenário mais recente, algumas conquistas foram obtidas, depois de uma árdua luta junto à justiça e aos órgãos competentes. Merece destaque a decisão do Supremo Tribunal Federal em criminalizar atos LGBTfóbicos, enquadrando o crime na Lei do Racismo - Lei 7.716/ 1989 (ROSA, 2020, p. 26). A decisão tomada no dia 13 de julho de 2019, por oito votos a três, equiparou a homofobia e a transfobia à Lei do Racismo, pois, de acordo com Rosa (2020, p. 26), os Ministros entenderam que houve uma omissão legislativa do Congresso Nacional em não redigir uma lei específica para tratar de infrações motivadas por discriminação de gênero e orientação sexual. Dessa forma, até que seja promulgada lei específica, essa será a lei utilizada em território nacional.

Por fim, é importante ressaltar a atuação do Grupo Gay da Bahia - GGB, que foi fundado no ano de 1980<sup>8</sup> e, desde então, atua na defesa dos direitos dos homossexuais no Brasil. O grupo atua também no combate à homofobia e prevenção de Aids e DSTs e oferece espaço a outras entidades da sociedade civil que trabalham com causas semelhantes. É o Grupo Gay da Bahia que tem produzido nas últimas décadas relatórios e dados estatísticos sobre os crimes cometidos contra homossexuais no Brasil.

#### 4.3 IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL - O SIGNIFICADO QUE ENVOLVE A SIGLA LGBTQIA+

Desconhecidos por muitas pessoas, os conceitos relacionados a Identidade de Gênero e Orientação Sexual têm significados diferentes, sendo que o primeiro está

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://grupogaydabahia.com/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia/> Acesso em 15 Abr. 2022

relacionado à forma como a pessoa se sente em relação ao gênero e o segundo trata da relação afetivo-sexual de uma pessoa com a outra.

#### **4.3.1 Identidade de gênero**

Ao abordar o conceito de Identidade de Gênero, inicialmente é necessário saber que, de acordo com Jesus (2012, p. 8) o gênero é definido socialmente. Ou seja, comportamento e gostos que estão associados a homens e mulheres, são construídos e repassados pelas pessoas mais velhas às crianças. Nesse contexto, é interessante ressaltar que muitas atribuições associadas no Brasil aos homens, em outros países, são direcionadas às mulheres. Biologicamente falando, são os cromossomos e órgãos genitais que determinam o sexo, mas é a forma como a pessoa se reconhece que definirá o seu gênero. Ainda sobre identidade, Butler (2003, p.24) defende que “essa identidade pode se subdividir entre binária (homem e mulher), ou ir além das representações de reconhecimento as não-binárias (todos os outros gêneros)”.

O Manual Orientador Sobre Diversidade, elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos, no ano de 2018 aborda as seguintes Identidades de Gênero:

- Cisgênero - Pessoa que identifica-se com o sexo de nascimento (feminino ou masculino);
- Transgênero - Designa-se assim a pessoa que identifica-se com um gênero diferente do sexo de nascimento (transexuais e travestis);
- Transexuais - Pessoas que desejam ser reconhecidas pelo gênero que se identificam e não se reconhecem no sexo biológico de nascimento. Importante destacar que a pessoa não precisa fazer cirurgia para ser transexual. Podem ser mulheres ou homens trans;
- Mulher Trans - É designada como pertencente ao sexo masculino ao nascer, mas se reconhece no gênero feminino. Não são todas as pessoas que fazem cirurgias plásticas, colocam silicone e usam hormônios;
- Homem Trans - No nascimento, é designado como pertencente ao sexo feminino, mas se reconhece no gênero masculino. Não são todos que fazem cirurgias plásticas e uso de hormônios;
- Travesti - É a pessoa que constrói uma identidade diferente do sexo que lhe foi designado no nascimento. Devem ser tratadas com o gênero feminino;

- Andrógenos - São pessoas que têm características físicas e comportamento dos dois gêneros;
- Agênero - Não se reconhece no gênero masculino ou feminino;
- *Cross-Dresser* - Homens heterossexuais que gostam de se vestir e usar adereços femininos;
- Transformista - A pessoa que se veste artisticamente como personagem do gênero oposto ao seu;
- Drag Queen/ Drag King - É quem veste-se com roupas exageradas do gênero oposto ao seu. Pode ter qualquer gênero ou orientação sexual;
- Aliados - Também conhecidos como simpatizantes, atuam na luta pelos direitos dos LGBTQIA+. Também podem ter qualquer orientação sexual ou identidade de gênero.

#### 4.3.2 Orientação Sexual

Já a orientação sexual está ligada à forma como a pessoa se sente afetiva e sexualmente em relação a alguém. Brasil (2018, p. 15) aborda as seguintes orientações sexuais:

- Heterossexuais - Pessoa que tem sentimento, relaciona-se ou tem atração afetivo-sexual por outra de identidade de gênero oposto ao seu;
- Bissexual - Pessoa que tem sentimento, relaciona-se ou tem atração afetivo-sexual por ambos os sexos (masculino e feminino);
- Gay - Homem cis ou trans que tem sentimento, relaciona-se ou tem atração afetivo-sexual por outro homem;
- Lésbica - Mulher cis ou trans que tem sentimento, relaciona-se ou tem atração afetivo-sexual por outra mulher;
- Assexual – Desenvolve pouca ou nenhuma atração afetivo-sexual por outras pessoas;
- Pansexual - Pessoa que tem atração afetivo-sexual por outras, independente de sexo biológico ou identidade de gênero.

Já a teoria *Queer* discute a ligação entre as performatividades e identidades de gênero e representa as pessoas cujas características não se enquadram em nenhum tipo de orientação sexual ou identidade de gênero. Oliveira (2021) assim descreve em seu trabalho:



Em um primeiro momento, o termo inglês queer era usado em referência a algo ou alguém estranho. Depois, queer foi utilizado com conotação negativa e agressiva contra os corpos que transgrediam as normas de gênero e sexualidade. Tratava-se de um xingamento, pensando no contexto brasileiro, como 'bicha', 'sapatão', 'marica', 'traveco'. Na segunda metade do século passado, o queer foi ressignificado gradualmente, impulsionado pelo ativismo LGBTQIA+ em contraposição ao imaginário de anormalidade. (OLIVEIRA, 2021, p.2).

Ainda, de acordo com Brasil (2018, p.11), embora seja uma condição fora do comum, há também a Intersexualidade, a qual abrange os indivíduos que, biologicamente, desenvolvem características dos dois sexos, dificultando a identificação entre totalmente masculino ou feminino. Pode estar relacionada a variações em caracteres sexuais, que podem ser cromossômicas, gônadas ou desenvolvimento físico simultâneo dos órgãos genitais masculino e feminino.

#### **4.3.3 Afinal, por que LGBTQIA+?**

A mudança de nomenclatura do MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis) se deu para dar visibilidade às mulheres lésbicas e travestis na I Conferência GLBT, que aconteceu no ano de 2008 (GOMES; ZENAIDE, 2019, p.8). Ainda, de acordo com os autores, o nome GLBT foi usado a partir de 1999 e, embora a sigla tenha passado por muitas mudanças, que foram bastante criticadas pela mídia, elas representam a evolução do movimento que hoje procura abranger o maior grau de diversidade possível.

Embora a sigla LGBT seja a denominação oficial, nos dias atuais, a sigla LGBTQIA+ é usada para representar o movimento de luta contra a LGBTfobia e em favor dos direitos das minorias: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e os demais grupos que estão incluídos no símbolo de +(mais), sendo a denominação aberta e sempre sujeita a mudanças. De acordo com Fonseca (2021, p.33) em alguns lugares do Brasil, o T engloba, além dos Travestis e Transexuais, as pessoas Transgênero.

#### **4.4 O USO DE INDICADORES NA GESTÃO PÚBLICA E MUNICIPAL**

Os dados, estatísticas e indicadores econômicos constituem informações quantitativas que permitem o acompanhamento das mudanças conjunturais e

estruturais da economia de um país ou região, subsidiando a tomada de decisões na Administração Pública e no Setor Privado (JANNUZZI, 2014, p.86). No Brasil, vários órgãos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a Fundação Getúlio Vargas, a Confederação Nacional da Indústria, etc, fornecem esses dados em periodicidade diária, semanal ou mensal, dependendo do tipo de índice. Para que tenham confiabilidade, eles devem ser atualizados e feitos por instituições que tenham credibilidade para tal. Todos esses levantamentos propiciam uma análise detalhada por gráficos, por exemplo do PIB (Produto Interno Bruto) e da Taxa de Inflação, do trimestre de um ano em comparação ao outro.

Os indicadores são os maiores aliados do gestor, pois é a partir deles que se pode avaliar quanto e onde investir, qual região está mais afetada pelo desemprego, onde a cesta básica está mais cara, etc. Os indicadores sociais são levantamentos quantitativos ou qualitativos que têm fundamental importância na gestão pública, pois é por meio deles que as ações do Estado são planejadas e, conseqüentemente, executadas. Dessa forma, todas as estratégias e planejamentos adotados exigem um minucioso trabalho de levantamento de dados, realização de cadastros e registros, os quais direcionam as ações e os recursos do Estado. Certamente, sem esse planejamento, de acordo com Jannuzzi (2005, p.11) só resta a uma improvisação, o voluntarismo e o conseqüente descrédito da população acerca do papel e eficiência do Estado no cumprimento de suas funções, na alocação e coordenação de esforços na distribuição de bens e serviços públicos e garantia de níveis crescentes de bem-estar à população.

O diagnóstico socioeconômico, por sua vez, como o próprio nome diz, possibilitará a visualização da situação social e econômica de uma determinada população ou comunidade, subsidiando a implementação dos programas sociais. Segundo Jannuzzi (2005), o diagnóstico socioeconômico consiste em uma tradução da realidade vivida por uma população em determinado espaço geográfico, por meio da utilização de indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade que permeiam diversas dimensões da realidade social. Ainda de acordo com o autor, o diagnóstico é o retrato inicial de uma realidade que servirá de referência para auxiliar a decisão de questões prioritárias a serem atendidas, a elaboração de estratégias, programas e ações no âmbito das políticas públicas (JANNUZZI, 2005).

Torna-se evidente, portanto, a contribuição que os indicadores têm na elaboração de diagnósticos socioeconômicos, uma vez que, por meio deles, é possível obter informações de renda, moradia, saneamento, etc., e, dessa forma, não apenas conhecer a realidade da comunidade, mas traçar estratégias e implementar ações ou políticas públicas que melhorem as condições de vida das famílias que nela habitam. É importante salientar que no decorrer das ações ou políticas implementadas, novos levantamentos devem ser feitos, de acordo com a periodicidade necessária (mensal, bimestral, semestral, anual, etc.) de forma que seja feito o monitoramento a curto, médio e longo prazo, apontando sua eficácia e, até que ponto os objetivos foram alcançados, criando-se novas ações ou modificando as existentes, se necessário.

#### 4.5 RELEVÂNCIA E DIFICULDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS À POPULAÇÃO LGBTQIA+

O conceito de políticas públicas está relacionado à tomada de decisões e implementação de ações pelo Estado, cujo objetivo é minimizar um problema público e, dessa forma, garantir os direitos básicos aos cidadãos. Elas podem ser executadas pelas esferas federal, estadual ou municipal e são resultantes de atividades políticas (Rua, 2014, p.19), em que diferentes atores buscam a resolução de um conflito. A política pública terá sua ação formulada de modo a abranger a maior quantidade de pessoas possível.

Nesse contexto, observa-se a relevância de implementação de políticas públicas a nível municipal que garantam a inclusão e melhorem a qualidade de vida da população LGBTQIA+. Merecem destaque, entretanto, políticas relacionadas à saúde e segurança, uma vez que o Brasil é líder<sup>9</sup> no *ranking* de assassinatos contra homossexuais (BORTONI, 2018).

Não bastasse esse, dentre tantos outros problemas, essas pessoas encaram um Sistema Único de Saúde, especialmente nos pequenos municípios, extremamente burocrático e que não oferece, muitas vezes, as condições mínimas para tratamento hormonal e reprodução assistida para pessoas transexuais. Além disso, a falta de capacitação dos servidores públicos para atendimento e tratamento das pessoas

---

<sup>9</sup> No ano de 2017 foi disponibilizado o levantamento realizado pelo Grupo gay da Bahia, que faz a pesquisa há mais de 30 anos. [<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em 10 Out. 2021].

LGBTQIA+ acaba, muitas vezes, causando constrangimento e desconforto. Embora, para muitas pessoas, esse tipo de demanda não tenha muita importância, a Constituição Federal de 1988 garante, em seu Artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinções de qualquer natureza (Brasil, 1988, p. 9) e, dessa forma, todos os brasileiros devem ser tratados com igualdade e respeito.

Em relação às eventuais dificuldades na implementação de políticas públicas LGBTQIA+, percebe-se que estão relacionadas, à falta de pessoas qualificadas para lidar com demandas específicas, falta de dotação orçamentária, legislação específica em muitos casos, além de questões ligadas às frentes evangélicas, que acabam interferindo, de modo a dificultar ou impedir a implementação de políticas LGBTQIA+ (FEITOSA, 2017, p.8).

Vale ressaltar que, especialmente nos últimos cinco anos, com as mudanças de governo a nível federal, houve um grande desmonte nas lutas da classe, com importante redução da dotação orçamentária, congelamento de gastos públicos por vinte anos e integração da pasta de Direitos Humanos ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o qual é liderado por uma pessoa reconhecidamente evangélica e que, publicamente, combate à chamada ideologia de gênero (MIGUEL, 2021, p. 7). Já os pequenos municípios têm, na maioria das vezes, políticos conservadores com dificuldade em compreender a relevância dessas políticas e sequer as sugerem.

## 5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sendo a metodologia, para Prodanov (2013, p. 24), um conjunto de processos ou operações mentais a serem utilizados na investigação, que definirão como os procedimentos serão feitos, faz-se necessário identificar os passos que foram percorridos para o desenvolvimento desta pesquisa científica. Em relação à finalidade, tratou-se uma pesquisa de natureza aplicada, que buscou produzir conhecimentos para aplicação prática, dirigida a soluções de problemas específicos (PRODANOV, 2013, p. 126).

Inicialmente, o procedimento técnico adotado foi o aprofundamento bibliográfico (Prodanov, 2013, p. 128), relacionando conhecimentos adquiridos em livros, monografias e periódicos acadêmicos das plataformas Scielo, Google Acadêmico e Capes, publicados a partir do ano de 2017, de modo a fundamentar a construção do conhecimento relacionado à população LGBTQIA+, identificando o significado das letras que compõem a sigla e formulando um histórico sobre esse grupo no Brasil, desenvolvendo assim, a base para a construção do projeto.

A abordagem da pesquisa foi mista, utilizando-se os métodos quantitativo e qualitativo, de modo que se pudesse traduzir em números e apresentar em gráficos e quadros, os conhecimentos gerados na pesquisa de campo (PRODANOV, 2013, p. 128), e, ao mesmo tempo, identificar as maiores necessidades da população LGBTQIA+, além das ações já implementadas pelo município para o público alvo. Sendo assim, o uso do método qualitativo ampliou os horizontes da pesquisa, uma vez que considera a relação dinâmica que há entre o ambiente e o sujeito (PRODANOV, 2013, p. 69). Nesse sentido, a análise dos dados possibilitou a compreensão da realidade social e econômica da população LGBTQIA+ existente no município de Afogados da Ingazeira, permitindo também a identificação de suas dificuldades e eventuais demandas.

Dessa maneira, elaborou-se um questionário semiaberto utilizando a ferramenta *Google Forms*, com quatorze perguntas, sendo quatro delas abertas e as outras dez fechadas. O formulário foi disponibilizado pelo aplicativo de mensagens *Whatsapp* e pelas redes sociais Facebook e Instagram, para 29 colaboradores LGBTQIA+ da cidade. A amostra foi representativa, levando em conta as principais características do grupo respondente (FARIAS; ARRUDA, 2013, p. 83). Assim, inicialmente foram selecionados intencionalmente três respondentes, que foram

indicando os próximos com características similares, gerando uma amostra não probabilística do tipo bola de neve (FARIAS; ARRUDA, 2013, p. 86-87). A amostra “bola de neve”, segundo os autores, pode ser usada na seleção inicial e, os primeiros selecionados indicam os próximos, de acordo com as características semelhantes.

É importante ressaltar também que essa pesquisa foi de natureza exploratória e descritiva, uma vez que foram utilizadas técnicas de coleta de dados, expondo as características de uma determinada população (Prodanov, 2013, p. 126), partindo do indutivo para o geral. O questionário possibilitou a elaboração do perfil social e econômico e, ao mesmo tempo, ajudou a identificar as demandas da população LGBTQIA+ para o ano de 2022, no município de Afogados da Ingazeira. Para isso, utilizou-se o levantamento *Survey*, apontado por Birochi (2015, p. 60) como uma ferramenta que permite coletar dados e informações de maneira sistemática.

No decorrer do processo, buscou-se ainda fazer uma investigação ativa, por meio de uma entrevista estruturada, com roteiro (Farias; Arruda, 2013, p. 96), de modo a identificar, junto ao secretário adjunto de Assistência Social da cidade, eventuais ações já existentes direcionadas à população LGBTQIA+, uma vez que, para evitar visões tendenciosas, é de fundamental importância ouvir ambos os lados da história. A entrevista é necessária, segundo Prodanov (2013, p. 106) para obter informações sobre um determinado assunto, e foi, neste caso, padronizada, seguindo um roteiro preestabelecido. Para complementar as informações da pesquisa, foi preciso buscar junto à pessoa responsável pelo setor de normatização da Secretaria Municipal de Educação, informações complementares relacionadas ao uso do nome social nas escolas municipais de Afogados da Ingazeira.

## 5.1 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta dos dados ocorreu em dois momentos. No primeiro momento foi utilizado um formulário elaborado na Ferramenta *Google Forms*, que contou com quatorze perguntas, sendo dez perguntas fechadas e quatro abertas. O formulário foi respondido por 29 pessoas do grupo LGBTQIA+ entre os dias 19 de fevereiro e 15 de março de 2022, o que totalizou 25 dias de coleta. Esse método foi escolhido para melhor garantir o anonimato ao público respondente, pela praticidade e por atingir um amplo número de pessoas em um curto espaço de tempo.

Em outro momento, no dia 22 de fevereiro de 2022, foi realizada uma entrevista com o Secretário Adjunto de Assistência Social, de modo a esclarecer alguns pontos fundamentais da pesquisa e, ao mesmo tempo, garantir a igualdade de direitos, ao ouvir os dois lados da história: a população LGBTQIA+ e a gestão pública municipal. Por fim, buscou-se a complementação dos dados junto às secretarias de educação e de saúde.

Dessa forma, com as respostas obtidas no questionário, foi feita a tabulação dos dados, com o auxílio do Excel, de modo a disponibilizar para análise, por meio de gráficos, o resultado da pesquisa. Em relação à entrevista, foi feita a gravação do áudio, mediante permissão prévia do entrevistado. A gravação foi feita com o aplicativo “Gravador de voz - *Splend Apps*” e, depois, transcrita para o Microsoft Word.

## 5.2 JUSTIFICATIVA E ELEMENTOS DA AMOSTRA

A coleta de dados foi feita por amostragem simples (Marconi; Lakatos, 2021, p. 256), uma vez que, diante do tamanho da população da cidade e do tempo necessário para realizar uma pesquisa mais ampla, não foi possível alcançar todo o público alvo. Nesse sentido, foi escolhido inicialmente o grupo específico da Associação Filhos do Pajeú, composto por três membros, que representam as lutas do grupo LGBTQIA+ no município de Afogados da Ingazeira. Embora exista desde 2012, a associação concentra uma parcela muito pequena dessa população, com 3 membros ativos (diretor, secretário e tesoureiro). Por se tratar de uma pesquisa exploratória e descritiva, e no intuito de traçar um panorama mais próximo à realidade, o universo da pesquisa foi ampliado para mais 26 colaboradores do grupo LGBTQIA+ do município.

## 5.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

No que se refere às limitações da pesquisa, pode-se dizer que, quanto ao formulário, não foi possível alcançar uma grande quantidade de respondentes, levando-se em conta o tempo necessário para realizar uma pesquisa mais ampla e o tamanho da população da cidade. Quanto às informações fornecidas pelo município, no campo da saúde foi mais difícil identificar as ações existentes, uma vez que não há uma pessoa responsável especificamente para essa temática. Foi perceptível também

que não há segurança por parte dos funcionários em repassar as informações e a pessoa que tem mais contato com o público alvo da pesquisa, estava de licença médica, quando foi procurada.



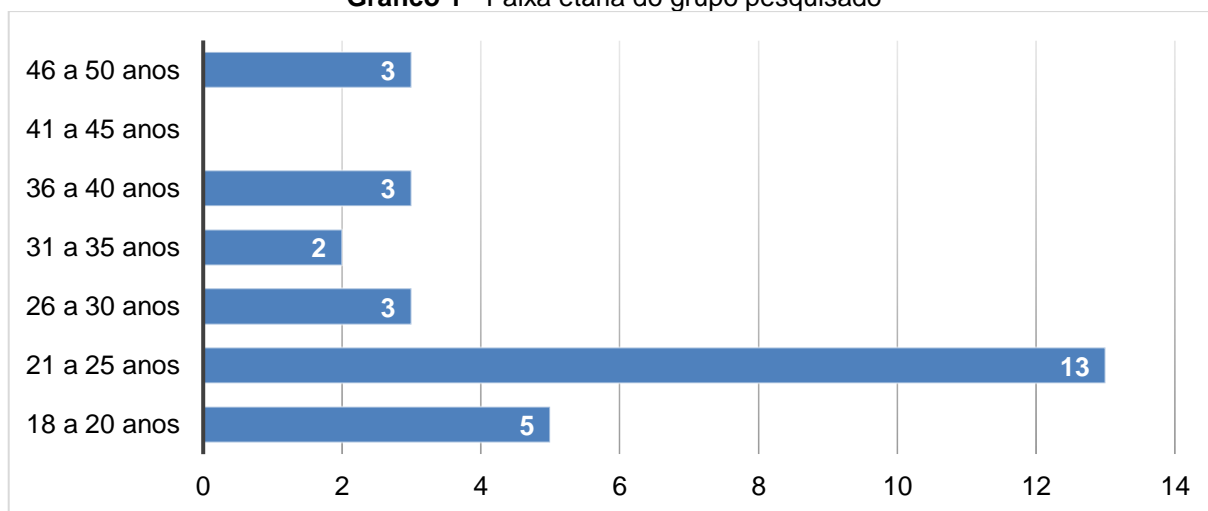
## 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados da pesquisa, elaborados a partir das respostas obtidas com o formulário *online* aplicado para 29 pessoas LGBTQIA+ do município de Afogados da Ingazeira, no ano de 2022 e da entrevista realizada com um representante da gestão pública do município. Os dados apresentados e a análise feita buscam responder os objetivos específicos da pesquisa. Para melhor visualização, foram gerados gráficos no Excel que facilitam a interpretação e análise dos dados.

Dessa forma, inicialmente serão apresentados os gráficos que mostram a realidade social e econômica das pessoas LGBTQIA+ do município. Em seguida, será apresentada a entrevista feita com o secretário adjunto de Assistência Social, de modo a identificar ações já existentes direcionadas a esse grupo. Por último, serão mostradas as principais demandas do grupo entrevistado, identificadas no ano de 2022, obtidas por meio de uma pergunta aberta, que foi feita no formulário *online*. São essas demandas e os dados gerados com a pesquisa que servirão de subsídio para sugestões de políticas públicas direcionadas à população LGBTQIA+ de Afogados da Ingazeira.

### 6.1 REALIDADE SOCIAL, ECONÔMICA E OUTROS ASPECTOS

**Gráfico 1** - Faixa etária do grupo pesquisado

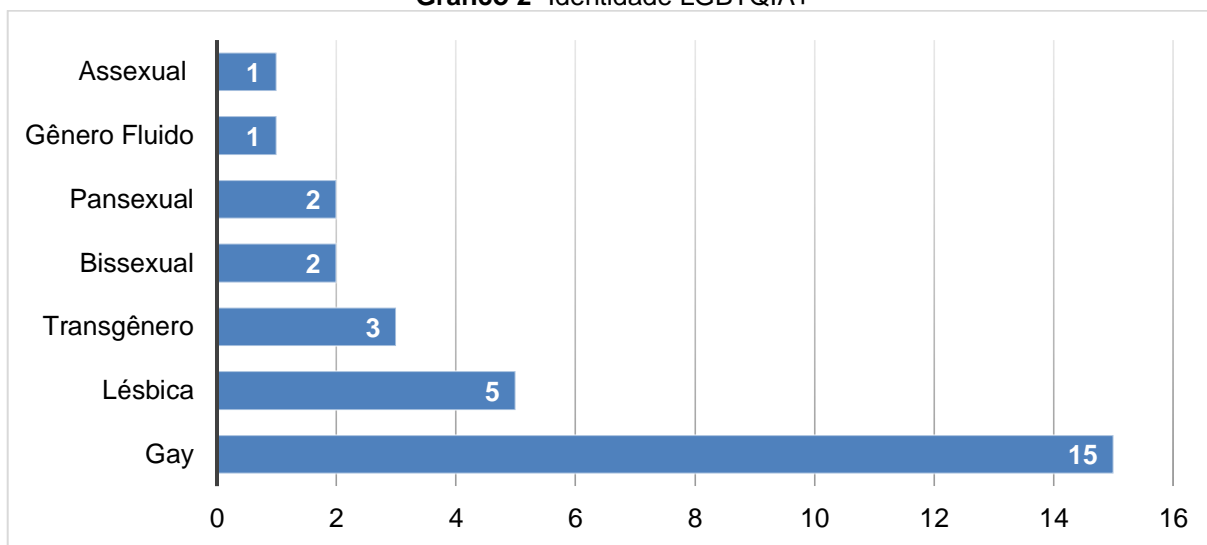


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Ao analisar a faixa etária do grupo respondente da pesquisa é possível perceber que 21 deles, ou seja, 72,4% têm entre 18 e 30 anos e praticamente todos

estão na vida adulta. A partir desses dados o gestor público pode traçar vários panoramas que vão desde a necessidade de mais geração de emprego, até o direcionamento que pode ser tomado levando-se em conta o envelhecimento futuro dessas pessoas. Além dessas, outras situações devem ser pensadas, como a oferta de cursos profissionalizantes e técnicos, melhorando a formação desses cidadãos.

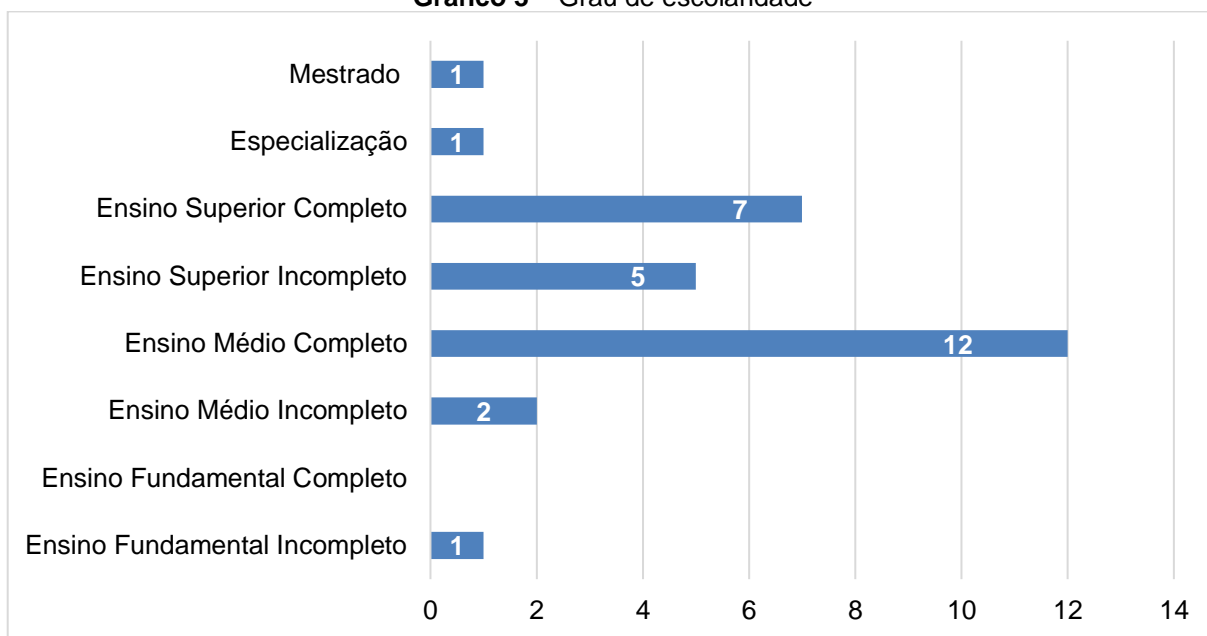
**Gráfico 2-** Identidade LGBTQIA+



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O gráfico acima foi elaborado levando-se em conta a sensação de pertencimento à comunidade LGBTQIA+. Buscou-se saber das pessoas entrevistadas como elas se identificavam em relação à sigla. Surgiram representações de quase todas as letras, com exceção do Q (Queer) e I (Intersexual). Quanto ao símbolo de +, que engloba todas as outras orientações e identidades, foram citados o Pansexual e o Gênero Fluido. Este último refere-se à pessoa que transita entre os gêneros masculino, feminino e neutro, sendo que em um momento pode se entender como homem e em outro, como mulher, não se encaixando nos padrões normativos (DA SILVA BARBOSA, 2019, p.8). É interessante observar que, do público entrevistado, 51,7% das pessoas afirmaram ser gays, 17,2% afirmaram ser lésbicas, transgênero foram 10,3%, bissexual e pansexual foram 6,9% cada e, por último, assexual e gênero fluido obtiveram 3,4% das respostas, respectivamente.

**Gráfico 3 – Grau de escolaridade**

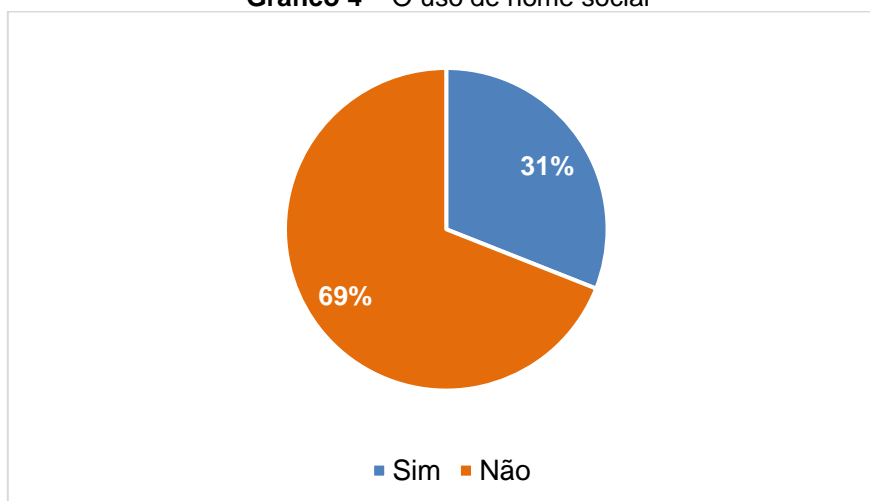


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Ao analisar a escolaridade, percebe-se que o ensino superior é uma realidade que contempla apenas 24,1% do grupo entrevistado. Já o mestrado e a especialização foram citados por apenas uma pessoa em cada caso, ou seja, 3,4% de cada modalidade. Por outro lado, 17,2% não conseguiram concluir o Ensino Superior. Já o Ensino Médio completo, que tem se tornado mais acessível nos últimos anos, foi concluído por 41,4% do grupo entrevistado. Não concluíram o Ensino Médio 6,9% e 3,4% não completaram o Ensino Fundamental.

Em alguns casos, concluir a escolarização básica torna-se um desafio, especialmente quando a pessoa é vítima de LGBTfobia no ambiente escolar. Embora nos últimos anos esse tipo de situação venha diminuindo, nas pequenas e grandes cidades ainda é possível ver vítimas de agressão ou preconceito em decorrência de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Em decorrência disso e, muitas vezes, por falta de apoio e orientação, essas pessoas acabam abandonando a escola e ficando sem acesso a um direito básico, que é a educação.

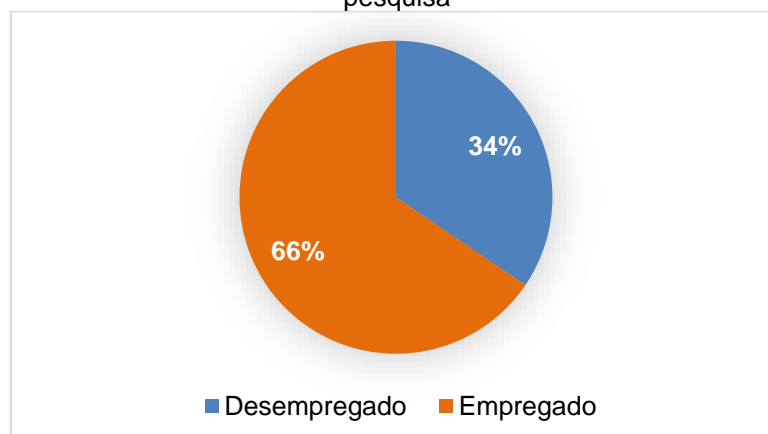
**Gráfico 4 – O uso de nome social**



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O uso do Nome Social é garantido em Pernambuco desde maio de 2021, pela Lei Nº 17268 e, das 29 pessoas entrevistadas na pesquisa, 9 delas, ou seja, 31% afirmaram fazer uso do Nome Social. O uso do Nome Social é mais um passo para a construção da cidadania das pessoas Trans e está relacionado a pessoa ser chamada pelo nome com o qual se reconhece (HATJE, RIBEIRO e MAGALHÃES, 2019). Outro dado importante que foi possível obter com a pesquisa é que, dos entrevistados, três pessoas afirmaram ser transexuais e destas, apenas uma tem a documentação com o novo nome. No município de Afogados da Ingazeira, para fazer a mudança de nome, a pessoa interessada deve ingressar no sistema judiciário, além de fazer acompanhamento psicológico e psiquiátrico por no mínimo dois anos, até ser considerada apta a dar entrada na documentação, de acordo com informações repassadas pelo secretário adjunto de Assistência Social do município..

**Gráfico 5 - Percentual de pessoas LGBTQIA+ empregadas e desempregadas no momento da pesquisa**



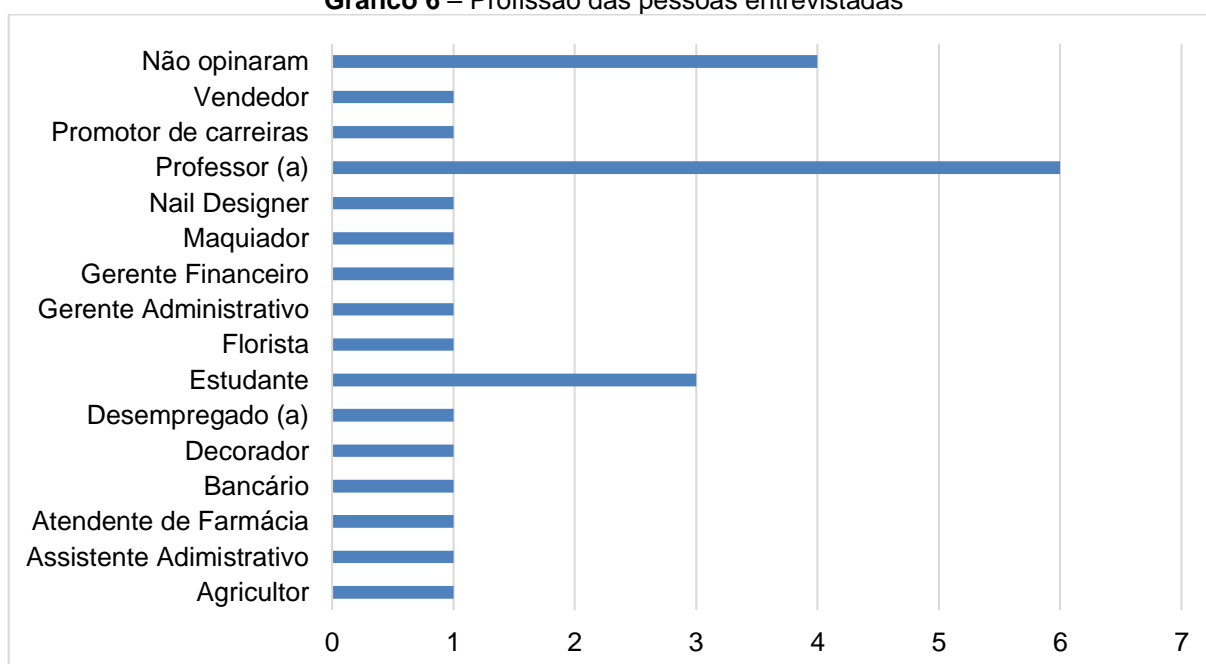
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Das 29 pessoas entrevistadas, 19 estavam trabalhando, no momento da realização da pesquisa, o que totaliza 66% do grupo entrevistado. Já o restante, 34% ou seja, 10 pessoas estavam desempregadas. É importante salientar que no município de Afogados da Ingazeira é possível perceber uma certa abertura, tanto no comércio quanto nos órgãos públicos, para a oferta de trabalho às pessoas LGBTQIA+.

Vale ressaltar, contudo, que fatores como preconceito e discriminação nos processos de seleção podem contribuir para a elevada taxa de desemprego entre a população LGBTQIA+. De acordo com Júnior e Galvão (2021, p. 1998), uma pesquisa realizada pela empresa Elancers em 2018, com mais de 10 mil gestores no Brasil, mostrou que 18% não contratariam pessoas LGBTQIA+ para cargos de chefia, sendo que a região Norte liderou a pesquisa, com a rejeição chegando a 20%.

Dentre outros fatores, a pandemia de Covid-19 pode ter sido um agravante que pode ter piorado a taxa de desemprego dessa população. Uma vez que, fazendo-se uma comparação com a taxa de desemprego nacional<sup>10</sup>, que fechou o último trimestre de 2021 em 11,1%, pode-se perceber que, entre a população LGBTQIA+ essa mesma taxa chega a triplicar. Percebe-se mais uma vez a importância de se construir indicadores que mostrem a realidade social e econômica dessas pessoas, pois só dessa forma será possível traçar estratégias que possam melhorar essa situação.

**Gráfico 6 – Profissão das pessoas entrevistadas**

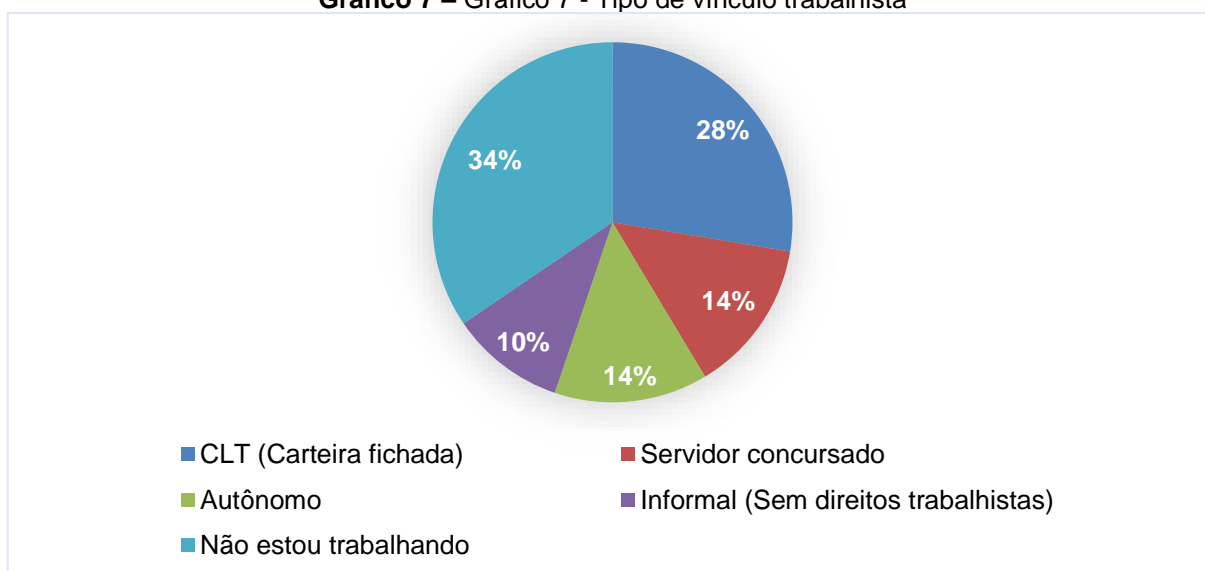


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em 13 Abr. 2022.

Observando o gráfico que mostra a profissão das pessoas entrevistadas, pode-se perceber que 6 delas, ou 20,7%, têm o cargo de professor. Já 4 pessoas, que representam 13,8% dos entrevistados, não informaram sua profissão. Outras três pessoas, ou 10,3%, declararam ser estudantes. As outras profissões informadas são condizentes, na sua maioria, com a economia da cidade, que gira em torno da agricultura, setor de serviços e comércio.

**Gráfico 7 – Gráfico 7 - Tipo de vínculo trabalhista**



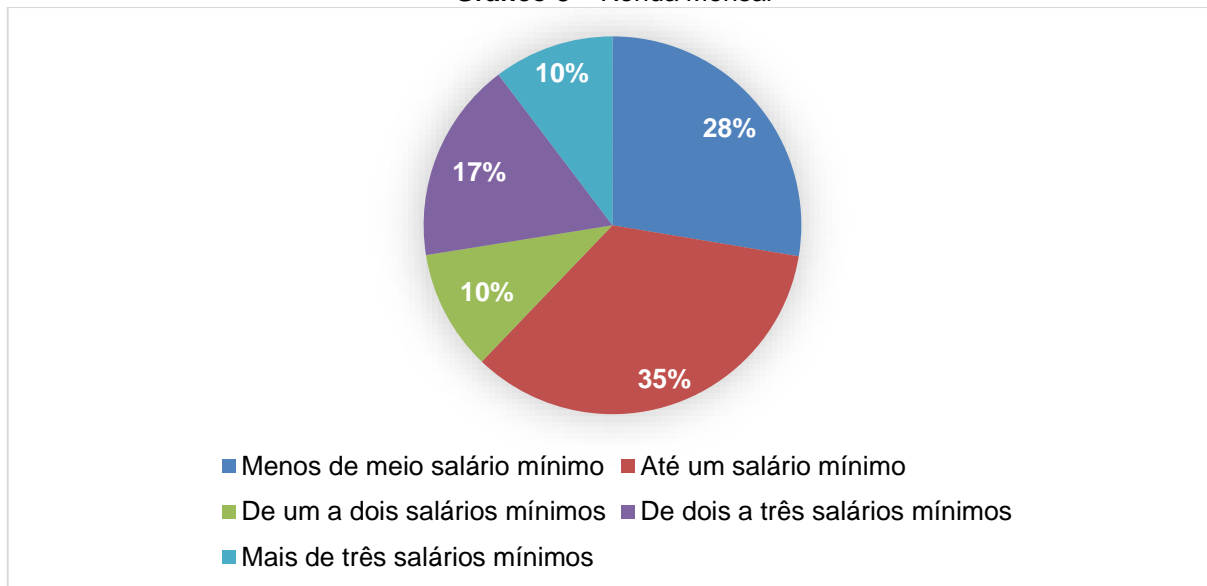
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Ao observar os tipos de vínculo trabalhista da população entrevistada, pode-se perceber que 8 pessoas, que representam 28% do total, afirmaram viver sob o regime da Consolidação de Leis do Trabalho (CLT). Por outro lado, 4 delas, que representam 14%, são servidores estatutários, ou concursados. Outros 14% são autônomos e 3 pessoas, que representam 10% afirmaram trabalhar na informalidade, sem os direitos trabalhistas.

Entretanto, o dado que mais chama atenção é a quantidade de pessoas que, no momento da pesquisa, afirmou estar desempregada. Das 29 pessoas entrevistadas, 10 delas, ou seja 34%, não estavam trabalhando. Rua (2014, p. 25) afirma que a taxa de desemprego é um dos vários indicadores para caracterizar a inserção ocupacional de jovens e adultos e entender como está a qualidade de vida. Nesse sentido, estão ligados desemprego, renda e qualidade de vida. Fatores ligados

a discriminação e preconceito contribuem, infelizmente, para que o desemprego seja maior entre as pessoas LGBTQIA+ (JÚNIOR; GALVÃO, 2021).

**Gráfico 8 – Renda Mensal**

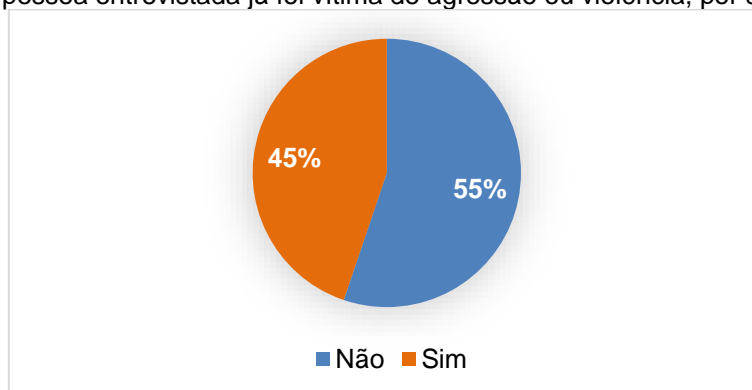


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

No gráfico 8 é possível visualizar a renda média mensal do grupo entrevistado. É possível perceber que 28% das pessoas vivem, por mês, com menos de meio salário mínimo. Por outro lado, 35% recebem pelo menos um salário mínimo. Dez por cento dos entrevistados afirmaram receber mensalmente de um a dois salários mínimos e outros 17% ganham de dois a três salários. Por fim, 10% das pessoas entrevistadas afirmaram receber por mês, mais de três salários mínimos.

Neste sentido, Fontana *et al.* (2020) defendem que a proteção social básica não ampara ou previne situações de risco ligadas às pessoas LGBTQIA+. Ainda, de acordo com as autoras, no cotidiano dos profissionais de serviço social, é visível a demanda de pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social, uma vez que a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores que contribuem para o aumento da desigualdade e exclusão social.

**Gráfico 9** - A pessoa entrevistada já foi vítima de agressão ou violência, por ser LGBTQIA+?



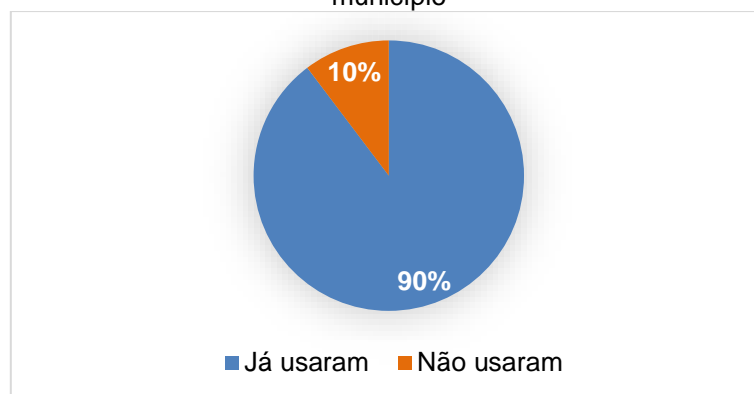
Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O gráfico 9 mostra como as pessoas LGBTQIA+ ainda são vítimas de violência, por causa da sua orientação sexual ou identidade de gênero, em pleno século XXI. Das 29 pessoas do grupo respondente, 13 delas, que representam 45% do total, afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência ou agressão, por ser LGBTQIA+. Mesmo que atualmente a LGBTfobia seja enquadrada como crime, ainda precisa ser feito um extenso trabalho de conscientização e respeito, na sociedade como um todo, de forma a diminuir esses índices e garantir que essas pessoas possam viver em paz. No ano de 2002, no município de Afogados da Ingazeira, um homossexual ateou fogo ao próprio corpo depois de sofrer muito preconceito e discriminação, dentre outros fatores (CARVALHO, 2014). Já no ano de 2012 ocorreu um assassinato contra um homossexual, que foi morto a pedradas no centro da cidade (NETO, 2012).

De acordo com Gonçalves *et al.* (2020, p. 8), a violência contra as pessoas LGBTQIA+ pode acontecer em diversos espaços, como nos ambientes públicos, institucionais, domésticos e familiares. Ainda, de acordo com os autores, existe a subnotificação dos dados, uma vez que muitas vezes, é difícil enquadrar o tipo de violência na ocorrência de tipificação adequada. É importante salientar que a violência nem sempre é física, pois muitas vezes danos psicológicos e morais causam estragos mentais permanentes.



**Gráfico 10** - Percentual de respondentes que já utilizaram os serviços oferecidos pelo SUS no município



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Buscou-se identificar, qual o percentual do grupo respondente já havia utilizado algum serviço oferecido pelo SUS no município. Nesse sentido, apenas 3, que representam 10% afirmaram nunca ter utilizado qualquer tipo de serviço, mas 26 pessoas que representam a grande maioria, correspondente a 90%, afirmaram já ter utilizado algum tipo de serviço oferecido pelo SUS no município de Afogados da Ingazeira.

**Quadro 1** - Serviços do SUS utilizados pelo grupo entrevistado

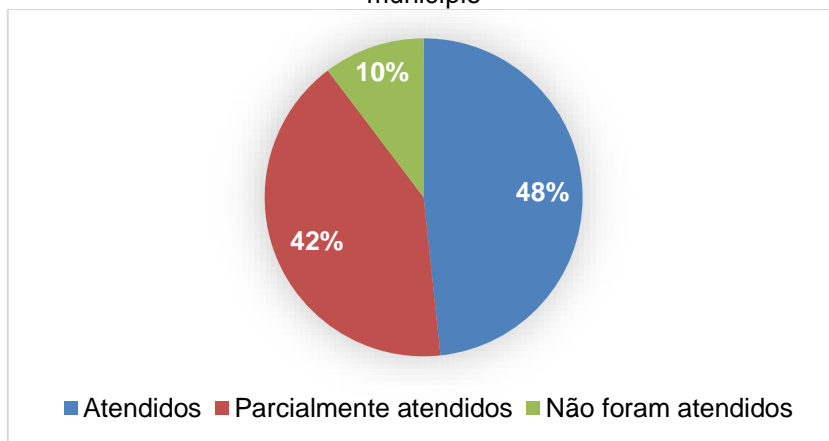
Tipo de serviço	Quantidade de usuários
Atendimento médico no hospital, posto de saúde, etc	10
Dentista	3
Exames	4
Vacinas	2
Consulta médica, psiquiatra, testagem	2
Não são oferecidos para pessoas como nós	1
Clínico geral, odontologia, exames laboratoriais	1
Atendimento psiquiátrico	1
Vacinas, consultas, exames	3
Não opinaram	2
Total geral	29

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O Quadro 1 mostra os serviços oferecidos pelo SUS que os respondentes já utilizaram. Essa foi uma pergunta aberta de modo que se pudesse identificar quais serviços o grupo respondente fez mais uso. Percebe-se que consulta e atendimento

médico foram os mais citados, seguidos de exames. Depois foram citados vacinas e tratamento odontológico. O atendimento psiquiátrico foi citado por uma pessoa, e outra não se sentiu contemplada pelos serviços que o SUS oferece.

**Gráfico 11** - Nível de satisfação quanto ao atendimento dos serviços oferecidos pelo SUS no município



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Em relação ao nível de satisfação com os serviços oferecidos pelo SUS no município, 48% das pessoas entrevistadas declararam terem sido totalmente atendidas por meio do serviço prestado. Por outro lado, 42% indicaram terem sido parcialmente atendidas e 10% afirmaram que as suas necessidades não foram atendidas. No que se refere às necessidades não atendidas, De Oliveira *et al.* (2021, p. 7) defendem que fatores ligados ao preconceito e à falta de preparação dos profissionais da saúde, acabam fazendo com que o princípio da Universalidade do SUS não seja atingido. Nesse contexto, deixar de levar em conta fatores como orientação sexual e identidade de gênero, no ato da consulta podem fazer com que as necessidades das pessoas LGBTQIA+ não sejam atingidas.

## 6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES EXISTENTES NO MUNICÍPIO

No ano de 2020 o mundo enfrentou a pandemia de Covid-19. Esse acontecimento veio junto com uma situação inédita no município de Afogados da Ingazeira: pela primeira vez, de acordo com o secretário adjunto de Assistência Social, a gestão municipal começava a se organizar para, junto ao Grupo LGBTQIA+ Filhos do Pajeú discutir demandas e elaborar uma política pública intersetorial direcionada a essas pessoas.

Embora com poucas reuniões, em decorrência da pandemia, percebe-se que as coisas começam a andar. Tudo é muito novo para a gestão, que quer fazer todo o processo como deve ser feito: com as representações das secretarias e de vários setores, discutindo, negociando e amadurecendo as discussões, de forma que não gerem novos conflitos e as reivindicações possam ser atendidas. Todo esse processo Rua (2014, p. 17) chama de *politics*. Foi possível perceber com a realização da entrevista que não há uma política pública formulada ainda para a população LGBTQIA+ e, da mesma forma, não há um setor ou pessoa responsável pelas demandas nas secretarias.

No momento, está sendo na Secretaria de Assistência Social que estão sendo dados os primeiros passos para que essas pessoas possam ser ouvidas. Entre uma das ações que serão realizadas, está o planejamento de fazer o contato com os Agentes Comunitários de Saúde para, junto com a elaboração de um formulário *online*, identificar quantas e quais são as pessoas LGBTQIA+ do município de Afogados da Ingazeira. De posse desses dados, pretende-se criar ações direcionadas a essas pessoas, a depender da faixa etária e das suas principais demandas. De acordo com o secretário adjunto, nas reuniões.

**Quadro 2 - Ações, políticas públicas e planejamento**

Tema	Entrevista
<b>Função do entrevistado</b>	Sou <b>Secretário Adjunto de Assistência Social</b> , mas estou juntamente com o grupo, organizando um modelo, é... De <b>política pública intersetorial</b> , né? A gente tá organizando pra trazer as secretarias afins, mobilizar as secretarias para discutir com o grupo as <b>demandas que eles estão trazendo</b> pra gente e a gente estruturar essas demandas, para virar lei. Eu acho que a gente está nessa organização intersetorial das políticas públicas e suporte... Foi como eu te disse, numa segunda reunião que a gente teve em 2020, ficou muito aberto para eles escolherem aonde é que eles se viam dentro das secretarias de governo, e aí... A secretaria que tinha menos recursos era a nossa, mas eles se sentiam mais acolhidos dentro da Assistência. Precisam muito da Saúde, inclusive, já tem profissionais dentro do COAS que fazem o trabalho já há mais de três anos, quando... Não só de testagem, mas de orientação, é... para a questão de, de mudança de nome, para a questão de mudança de sexo. Eles têm uma, uma, uma... um acompanhamento pela... Pelo setor de psicologia, durante dois ou três anos, eu fiquei na dúvida agora, eu acredito que são dois anos, de, de, é... De acompanhamento psicológico pra poder fazer essa questão de mudança de sexo, então já acontece, mas de forma tímida. Falta a gente garantir na lei, isso. Aí a função da secretaria é mais essa, de organização, é... De mobilização do... Da parte governamental. A gente fez um acordo: eles

	<p>mobilizam a sociedade civil, o grupo e a Secretaria de Assistência mobiliza a parte governamental, pra poder funcionar.</p>
<p><b>Existe um setor responsável para direcionamento e tratamento de demandas?</b></p>	<p>Não, <b>diretamente, não</b>. Nós temos o CREAS, que trabalha com todas as situações de violação de direitos. Então, se acontecer qualquer coisa que viole o direito e a pessoa se sinta... Nesse, com esse problema, ele procura o CREAS e o município. No CREAS ele vai ter assistente, psicólogo e advogado disponível no geral. Quando chegar lá o que é que eles vão fazer? Fazem a <b>escuta especializada</b> e vão encaminhar essa pessoa ao Ministério Público. A pessoa formaliza a denúncia no Ministério Público e aí o Ministério Público, é... Reenvia uma orientação ao CREAS de como proceder. Então, lá... Aqui na Secretaria de Assistência Social, especificamente, que trate de segmentos, a gente vai ter o CREAS que trabalha, né... Ele trabalha com a garantia de direitos, tanto com a questão de direitos violados, quanto ao rompimento de vínculos familiares... Aí no CREAS, <b>mas específico, no organograma da secretaria nós não temos</b>. Feito eu te disse, é uma coisa de 2020 pra cá.</p>
<p><b>Ações implementadas pela gestão pública</b></p>	<p>Ações específicas, não. Você dizer assim: Secretário, <b>tem uma ação específica do governo? Não</b>, a nível municipal. <b>Nós estamos engatinhando nesse sentido</b>. Por que? Sempre quando a gente discutiu com o grupo, a gente não quis trazer nada de cima pra baixo, construído. Muitos deles não aceitam. Era muito fácil a gente fazer uma visita... Ao Cabo de Santo Agostinho, a Recife, tem grupos já formados e com uma... Um trabalho. Só que eles querem construir isso com a gente. Ontem, é... dia 23, foi que eles trouxeram pela primeira vez, depois que a gente solicitou, um <b>cronograma mensal de ações</b>. Eles entregaram a gente ontem, de forma oficial o que é que o grupo pretende fazer de janeiro a dezembro de 2022. E um exemplo: já agora, no dia 08 de março, que é o Dia Internacional da Mulher, nós estamos com uma programação extensa pela Coordenadoria da Mulher, que funciona aqui na Secretaria. E... Há uma ideia... E a reunião vai ser amanhã, na sexta, para fechar tudo, que seja feito um documentário sobre a questão dos impactos que a pandemia trouxe para o segmento das mulheres. Mulheres essas que perderam maridos, mulheres essas que são chefes de família, mulheres essas, que tiveram seus direitos violados durante a pandemia. Durante o mês de março vai ser feito todo um... Um trabalho com essas mulheres e a gente vai, no, no... Na última quinta-feira de março, vai ser apresentado um documentário no Cine Teatro São José sobre isso. Ontem os meninos não trouxeram nem a pauta, pela primeira vez eles trouxeram um cronograma de ações e aí dia 08 vai ser trabalhado na Faculdade de Formação de Professores, pelo professor, a questão da mulher trans. Ele vai fazer esse evento, enquanto sociedade civil, vai ser feito. Deixa que a gente tá botando esse trabalho, agora, dentro da programação oficial do município. Vai ser a primeira vez que a gente vai ter um trabalho direcionado ao público LGBT dentro das, da... Do dia 08 de março. Na hora que a gente começou a ver, a gente já começou a ver possibilidades dentro dessa agenda. Em agosto tem o "agosto lilás". Então a gente já pensou numa <b>atividade conjunta</b>: o grupo, coordenadoria e secretaria. Como eu disse, isso foi ontem. A gente, o próximo monitoramento da gente acontece dia... Em março, dia... 08... Dia 09, que é uma quarta-feira, a gente vai mostrar esse monitorame... Esse detalhamento de ações que eles trouxeram aos coordenadores dos programas e saber onde é que a gente pode trabalhar</p>

	<p>junto, a partir de agora. Porque foi a <b>primeira vez</b> que, na construção coletiva, a gente teve acesso a uma agenda feita por eles, com ações que eles vão fazer e com ações que a gente vai poder trabalhar junto, dando esse suporte financeiro e esse suporte técnico, porque antes, acontecia separado. O grupo acha um grande avanço, a gente, também, porque a gente <b>nunca trabalhou junto</b>. É um desafio. Você no dia 08 de março, que é o Dia Internacional da Mulher, você trazer uma discussão com mulheres trans... Que é pertinente!</p>
<p><b>Existe planejamento para implementação de políticas públicas?</b></p>	<p>Na área de <b>saúde, sim</b>. Na área de <b>segurança, eu acho que ainda não</b>. Na área de saúde sempre teve, e aí nós temos uma enfermeira, pela Secretaria de Saúde, a própria Coordenadora do Centro de Saúde da Mulher, é... Casada com um vereador, ela pode dar um suporte... Eles têm um planejamento, nas ações do COAS. Eu, inclusive, é... Pensei que o COAS só era testagem e não, tem todo um processo de orientação também, lá dentro. E aí você vai ter a técnica, que é uma das enfermeiras que trabalha lá, que pode te dar esse suporte de como estão as políticas na área de saúde, né? A própria Coordenadora do Centro de Saúde da Mulher, mas a pessoa que vem para as reuniões é a pessoa, que ela é enfermeira lá no COAS e é responsável pelo COAS. Ela vai te dar com mais propriedade essa parte de planejamento, de políticas públicas na área de saúde... Eu acredito que eles já recebam orçamento no COAS para alguma situação. Eu não sei que ações eles têm, mas eu acho que também tem... Eu acho que tem políticas específicas na saúde. Como não é minha área, não vou poder te dizer hoje com certeza, mas a enfermeira do COAS pode dizer isso tranquilamente.</p>
<p><b>O uso do Nome Social nos estabelecimentos municipais</b></p>	<p><b>Na rede dos equipamentos da Assistência, sim</b>. Na área do... Dos estabelecimentos municipais de educação, é interessante falar com o pessoal da educação. Eu não tenho esse conhecimento também não. Feito eu disse a você... Pra gente, 2020 a gente caminhou com quatro encontros, a cada três meses, um encontro. Dois mil e vinte e um a gente teve um encontro online e 2022 a gente só teve o primeiro ontem, quando eles nos trouxeram esse calendário de ações, para a gente tentar juntar esse calendário de ações nas programações da Assistência, Saúde e Educação. Recebemos ontem, oficialmente.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base na entrevista (2022, grifo nosso). Com base na Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais, os nomes das pessoas citadas na entrevista foram substituídos por suas funções.

Em complementação às respostas dadas pelo gestor, observou-se na prática, junto à profissional responsável pelo setor de normatização da Secretaria Municipal de Educação e Esportes que o uso de nome social nas escolas municipais é regulamentado atualmente pelo Artigo 39, da Instrução Normativa SME nº 08/2021, de 30 de dezembro de 2021. Ainda, junto ao setor de normatização, verificou-se que nos últimos cinco anos, já havia, na Instrução Normativa de Matrícula, o artigo que regulamentava o uso de nome social nas escolas.

Quanto às ações da saúde, que embora existam de forma indireta, estão relacionadas à testagem, apoio psicológico e orientação, não foi possível obter as informações complementares à pesquisa, uma vez que a profissional que lida com esse tipo de demanda encontrava-se de licença médica.

### 6.3 AFINAL, O QUE QUER A POPULAÇÃO LGBTQIA+?

Não é uma tarefa fácil para a gestão pública identificar quais são as principais demandas da população. Nesse sentido, é importante desenvolver ferramentas que possibilitem ao gestor fazer essa escuta, de forma que os investimentos relacionados às políticas públicas sejam direcionados ao que, de fato, é esperado pela população. Pode-se perceber no Quadro 3 que a escuta ativa possibilitou identificar as principais demandas da população LGBTQIA+ do município de Afogados da Ingazeira para o ano de 2022, trazendo subsídios para a elaboração de eventuais políticas públicas.

**Quadro 3 – Principais demandas da população LGBTQIA+**

<b>Entrevistados</b>	<b>Demandas</b>
Entrevistado 1	Rede de apoio <b>psicológico</b> para lgbtqia+
Entrevistado 2	1. <b>Nome social</b> ; 2. Agente de saúde coletar dados a respeito da população e verificar o que precisam; 3. demandas voltadas às DST's
Entrevistado 3	Espaço/ homenagem para que a população LGBTQIA+ sejam lembrados por toda a população Afogadense; Eventos; Ser mais presente na comunidade LGBTQIA+.
Entrevistado 4	Ambulatório LGBTQIA+ Centro especializado para pessoas trans <b>Casa de apoio</b> LGBTQIA+
Entrevistado 5	<b>Casa de apoio</b> lgbt, ambulatório lgbt
Entrevistado 6	Conselho municipal
Entrevistado 7	Maior representatividade política, melhoria no <b>atendimento escolar</b> a população LGBTQIA+, sobretudo na rede pública municipal, campanhas municipais contra a homofobia
Entrevistado 8	Acho que seria interessante a criação de um espaço para alguém responsável por esse público, além de vereadores, participar das reuniões na camara. Principalmente alguém que atuasse na zona rural, ainda existem muitas pessoas que vivem reprimidas por conta da ignorância dos pais, então, acredito que se houvesse um grupo, sei lá que promovesse palestras nesse foco, alguns famílias

	abririam a mente e assim poderiam talvez não entender, mas respeitar e apoiar a vida do seu filho e etc. Isso evitaria tantos suicídios dessas pessoas que por muitas vezes vivem uma briga interna pra tentar mudar aquilo que faz parte delas e não conseguem devido a pressão da família.
Entrevistado 9	Campanha de diálogo com a sociedade civil sobre a garantia do espaço sociocultural da comunidade LGBTQIA+, exigência de informe sobre a Lei contra a discriminação sexual nos prédios públicos e no comércio, realização de um seminário sobre as demandas da comunidade lgbt+ com os servidores públicos do município e região.
Entrevistado 10	Mas <b>políticas públicas</b> em todas as áreas temática do governo nas três esferas
Entrevistado 11	* <b>Uma casa para acolhimento</b> de pessoas LGBTQIA+ rejeitadas por suas famílias *Melhores condições de <b>emprego</b> * <b>preparação adequada para escolas</b> receberem alunos LGBTQIA+
Entrevistado 12	Lojas; Mais Vagas de <b>emprego</b> para pessoas LGBT; Respeito por a opção sexual de cada um.
Entrevistado 13	Esciminação
Entrevistado 14	Maior oportunidade de <b>emprego</b> .
Entrevistado 15	Exames gratuitos para uso de hormônios Palestras ou <b>campanhas nas escolas</b> para quebra de tabu Mas especialização na área lgbtqia+ no setor da saúde, como <b>psicólogos psiquiatras</b> etc...
Entrevistado 16	Centro de apoio com acompanhamento <b>psicológico</b> e jurídico. Trabalhar mais a questão de gênero nas <b>escolas municipais</b> , combatendo o preconceito e estimular o respeito às diferenças.
Entrevistado 17	Acessibilidade a pessoas trans, com o devido respeito que elas merecem ter. A população deveria aprender a respeitar o outro, somos seres individuais, cada pessoa tem um sentimento, pensa de uma forma, devemos respeitar as pessoas trans por serem quem são!
Entrevistado 18	Melhores ambientes de <b>trabalho</b> para pessoas LGBTQIA+ e mais oportunidades.
Entrevistado 19	Conscientização do que e ser LGBTQIA+ Obs palestra sobre o que e o tema <b>Um abrigo</b> pra pessoas lgbts que estão no meio da rua
Entrevistado 20	Deveria ter mais engajamento para mostrar para a sociedade que a gente ele mesmo genro que todo mundo só o que muda é a nossa opção sexual
Entrevistado 21	<b>Empregos</b> , inclusão nas demais atividades e uma instituição de apoio.
Entrevistado 22	Um <b>espaço/ong para pessoas LGBTQIA+ que estão nas ruas</b> .

	Mais informações sobre o que é ser LGBTQIA+ <b>nas escolas</b> , ou seja, palestras, eventos no qual abrace a causa, e que seja frequente. Mais <b>empregos</b> para pessoas LGBTQIA+, pois sabemos o quão difícil é conquistarmos um trabalho.
Entrevistado 23	Vaga de <b>emprego</b> para a categoria
Entrevistado 24	Não quero
Entrevistado 25	Mais segurança Mais <b>oportunidades</b> Mais visibilidade
Entrevistado 26	Acompanhamento <b>psicológico</b> <b>Atenção nas escolas</b> (para diminuição de bullying) Atividades voltadas ao público LGBTQ+ (organizadas e seguindo os protocolos de segurança contra COVID-19)
Entrevistado 27	Atendimento <b>psicólogo</b> a essa população <b>Políticas públicas</b> voltada e esse grupo Mais chances de <b>emprego</b>
Entrevistado 28	Acredito que falte implementar assistência <b>psicóloga</b> e de inclusão para crianças no ensino fundamental, afinal a homofobia deve ser combatida desde cedo. Assistência <b>psicóloga</b> para jovens e adultos vítimas de preconceito e/ou violência, inclusive a doméstica. Acredito que toda comunidade deveria ter acesso a esse serviço pelo SUS. Campanhas de conscientização <b>nas escolas</b> e demais grupos sociais, incentivando a prevenção de DSTs. <b>Centro de acolhimento</b> para jovens vítimas de violência doméstica, acredito que seja um dos piores tipos de violência e o que mais desampara nossa comunidade LGBTQIA+, um espaço como esse se faz essencial.
Entrevistado 29	Ter mais cuidado com todos nos LGBTQIA+: principalmente A Nós" Gays " que somos discriminados todos os dias na sociedade.. Ter uma lei mais punida ao preconceito porque gênero não define quem somos o que nos define é a essência que somos por dentro Ter um influenciador específico para conversar com aquela pessoa que é homofóbica porque tem pessoas que têm medo de dizer o que O que é o falta de uma influência

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário (2022, grifo nosso)

Ao observar o Quadro 3, em que os respondentes tiveram a oportunidade de expor suas principais demandas por meio de uma pergunta aberta feita no formulário, foram verificadas duas realidades, sendo a primeira delas relacionada ao fato de que alguns serviços já são prestados ou já existem, como por exemplo, o uso de nome social. Embora não exista legislação própria no município, o nome social é regulamentado em Instrução Normativa para uso nas escolas e, de acordo com o Secretário Adjunto de Assistência Social, esse direito é respeitado nos estabelecimentos públicos municipais.



Outro ponto que merece destaque é o fato de que seis entrevistados citaram apoio psicológico e psiquiátrico para pessoas LGBTQIA+, sendo que esses atendimentos já são oferecidos pelo CRAS e pelo COAS, também de acordo com o Secretário Adjunto. Neste contexto é necessário fazer uma reflexão sobre a burocracia e as barreiras de acesso aos serviços oferecidos pelos órgãos públicos, uma vez que, pelo trabalho inadequado ou por falta de conhecimento, muitas pessoas LGBTQIA+ acabam ficando sem acesso ao que é seu de direito. Por exemplo, o entrevistado 16 cita apoio jurídico, serviço que já é oferecido pelo CREAS, de acordo com o Secretário Adjunto de Assistência Social.

Já a outra realidade diz respeito às demandas dessas pessoas que precisam de um olhar diferenciado, de apoio e de respeito. Sendo assim, pelo menos seis entrevistados citaram como demanda uma casa de apoio, ou local para acolhimento da população LGBTQIA+ que fica em situação de rua, ao ser expulsa de casa pela família, quando assume sua identidade de gênero ou orientação sexual. Outra demanda muito citada pelos respondentes, está relacionada à oportunidade de ingresso no mercado de trabalho, que foi citada por oito pessoas. Embora haja certa abertura do comércio e dos órgãos públicos do município, o preconceito ainda domina muitas pessoas, que têm receio de empregar alguém que faça parte da comunidade LGBTQIA+ no seu estabelecimento.

Quanto às escolas municipais, sete respondentes citaram a importância de serem feitas campanhas de conscientização, orientação e informação nesses espaços, de maneira que o preconceito e o *bullying* deixem de existir, tanto entre os estudantes, quanto aos funcionários. Surgiram também outras demandas relacionadas a conselho municipal, espaço e pessoal específico para lidar com as necessidades da comunidade LGBTQIA+ e campanhas de conscientização direcionadas à população em geral.

Percebe-se que as necessidades são muitas e algumas já estão em andamento, ou estão no planejamento da gestão pública, como a utilização dos Agentes Comunitários de Saúde, na coleta de dados, chamada pelo Secretário Adjunto de Assistência Social de “Quem e quantos somos”. Ao mesmo tempo, há que se pensar em melhorias dos serviços oferecidos e divulgação dos mesmos, para que essas pessoas saibam para onde ir, diante da necessidade de acompanhamento

psicológico ou jurídico, por exemplo. Identifica-se também a falta de treinamento dos servidores municipais quanto ao tratamento das pessoas LGBTQIA+.

## 7. CONCLUSÃO

A partir da necessidade de identificar as demandas e anseios da população LGBTQIA+ maior de 18 anos de Afogados da Ingazeira, de modo que os resultados servissem de subsídio para a elaboração de políticas públicas direcionadas a essas pessoas, foi possível perceber que a análise de dados estatísticos e a escuta ativa se complementaram, nesse processo. Neste sentido, compreende-se que o gestor público precisa ter em mãos os dados, para prever a quantidade de recursos que precisa ser investida, bem como a quantidade média de pessoas alcançadas com as políticas públicas. Porém, precisa também ter um levantamento prévio das principais demandas dessas pessoas, de forma que os investimentos contemplem, de fato, o que é mais necessário para elas.

Percebeu-se, com a aplicação do questionário, que algumas demandas são urgentes, como uma casa de apoio e acolhimento para as pessoas que são expulsas de casa ao revelar para a família sua orientação sexual ou que vivem em situação de rua, bem como um ambulatório LGBTQIA+, além de maior conscientização e preparação dos profissionais que prestam serviço público, especialmente na educação, de modo a minimizar a discriminação e o preconceito. Também foi possível constatar que precisam ser oferecidas mais oportunidades de emprego no município, mas principalmente, acesso às informações sobre os direitos que já foram conquistados e já são acessíveis, como apoio psicológico e psiquiátrico e uso de nome social.

Identificou-se, na análise de dados, que fatores como discriminação e preconceito influenciam tanto no aumento da taxa de desemprego quanto na prestação de serviços oferecidos pelo SUS. Constatou-se também que identidade de gênero e orientação sexual exercem influência no poder aquisitivo das pessoas LGBTQIA+ e, com isso, a renda mensal fica comprometida, com muita gente em situação de vulnerabilidade social. Além do mais, existe a subnotificação de atos violentos ligados à LGBTfobia, visto que existe dificuldade em enquadrar a violência na ocorrência adequada.

Observou-se na investigação ativa que as primeiras ações da gestão pública municipal de Afogados da Ingazeira estão sendo tomadas no sentido de implementar políticas públicas que sejam direcionadas às pessoas LGBTQIA+ do município. Essa construção vem acontecendo nos últimos dois anos, mas a pandemia de Covid-19

contribuiu para atrasar o andamento desse planejamento. Percebeu-se que existem feitos em andamento nas áreas da educação, da assistência social e da saúde, sendo que a esta última é sugerido um organograma, no sentido de identificar com maior facilidade as pessoas responsáveis pelas demandas de pessoas LGBTQIA+. É importante salientar a necessidade de haver mais de uma pessoa que tenha o conhecimento sobre essa área, pois na ausência de uma, a outra pode também responder.

As maiores dificuldades encontradas na pesquisa foram relacionadas ao fornecimento de informações da área da saúde, pois foram feitas várias visitas à Secretaria de Saúde e não havia, entre os próprios funcionários, quem soubesse de uma pessoa específica que respondesse pelas demandas da população LGBTQIA+ em Afogados da Ingazeira. Por indicação do Secretário Adjunto de Assistência Social, foi procurada uma técnica de enfermagem no Centro de Testagem e Acolhimento - CTA, pois ela teria as informações necessárias, porém a mesma estava afastada de licença médica e não havia outra pessoa que pudesse responder, na ausência dela.

Por fim, sugere-se a ampliação de pesquisas que envolvam a temática LGBTQIA+ e as demandas dessa comunidade. De certa forma, esse tema tem ganhado visibilidade nas últimas décadas e ainda há muito a ser desenvolvido, criado e aprimorado nas áreas da saúde, da segurança, da educação, da assistência social, etc.

## REFERÊNCIAS

AFOGADOS DA INGAZEIRA. **Instrução Normativa SME Nº 08/2021, de 30 de dezembro de 2021. Matrícula e Pré-matrícula.** Afogados da Ingazeira. 2021.

Assembleia Geral da ONU. (1948). "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**" (217 [III] A). Paris

BILESKI, Ricardo. **Homossexualidade em Pauta:** Um breve panorama historiográfico. Mundo Livre: Revista Multidisciplinar, v. 4, n. 1, p. 18-31, 2018.

BIROCHI, Renê. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração** / Renê Birochi. - Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.

BORTOLOZZI, Remom. **Mosaico de Purpurina: revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil.** Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde, v. 13, n. 3, 2019.

BORTONI, Larissa. **Brasil é o país onde mais se assassina homossexuais no mundo.** Disponível em <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2018/05/16/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo>. Acesso em 09 Out. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Secretaria de Editoração e Publicações - SEGRAF, 2016. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Capítulo I - Dos Direitos Individuais e Coletivos - Artigo 5º, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília, DF: Presidência da República; 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm) Acesso em 16 Jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos (org.). **Manual orientador sobre diversidade.** Brasília: MDH, 2018.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminino e subversão de identidade.** Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Carvalho, Bruno Robson de Barros. "**Tá pensando que travesti é bagunça?**": repertórios sobre travestilidade, em contextos de criminalidade, por jornais de Pernambuco. Recife, 2014.

**Cidades e Estados. Afogados da Ingazeira.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/afogados-da-ingazeira.html> Acesso em 06 Set. 2021.

DA SILVA BARBOSA, Ana Karla et al. **GÊNERO FLUÍDO: A AUTOPERCEPÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DE GÊNERO FLUIDO NOS PADRÕES NORMATIVOS**. 2019.

DE OLIVEIRA, Bárbara Angélica Santos et al. **Atendimento às pessoas LGBTQIA+ e a não aplicabilidade dos princípios do SUS: Universalidade, Integralidade e Equidade**. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 15, p. e432101523157-e432101523157, 2021.

Desemprego. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em 13 Abr. 2022

FARIAS Filho MC, ARRUDA Filho EJM. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas; 2013.

FÉ, Ivan de Araújo Moura. **TERMO DE ATESTO. PC/CFM/Nº 05/1985 PROCESSO CONSULTA CFM-CONS. Nº 32/84**. Conselho Federal de Medicina. Fortaleza, 1985. Disponível em [https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/1985/5\\_1985.pdf](https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/pareceres/BR/1985/5_1985.pdf). Acesso em 10 Out. 2021.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris Editora, 2017. Disponível em [https://www.google.com.br/books/edition/Pol%C3%ADticas\\_P%C3%ABlicas\\_LGBT\\_e\\_Constru%C3%A7%C3%A3o/WA-DwAAQBAJ?hl=pt-BR&qbpv=1&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas_LGBT_e_Constru%C3%A7%C3%A3o/WA-DwAAQBAJ?hl=pt-BR&qbpv=1&printsec=frontcover) Acesso em 04 Out. 2021.

FONSECA, Sharon Tyler Araújo. **Os elementos simbólicos da linguagem LGBTQIA+: sob o olhar da teoria do imaginário de Gilbert Durand**. 2020.

FONTANA, Luciana; GOMES, Marília do Amparo Alves; DA SILVA, Simone Santos. **(In) visibilidade da comunidade LGBTQIA+ na assistência social: proteção social a quem necessitar?**. *Odeere*, v. 5, n. 10, p. 304-319, 2020.

GOMES, J. C.; ZENAIDE, M. de N. T. **A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT**. #Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. DOI: 10.35819/tear.v8.n1.a3402. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402>. Acesso em: 12 out. 2021.

GONÇALVES, Alice Calixto et al. **A violência LGBTQIA+ no Brasil**. Clínica de Políticas de Diversidade da FGV Direito SP, 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta** / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. - Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

HATJE, Luis Felipe; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **TRANS (FORMAR) O NOME: Alguns Efeitos do Nome Social e da Alteração do Nome**

Civil na Vida de Sujeitos Trans. **Revista Contexto & Educação**, v. 34, n. 108, p. 122-143, 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público, Brasília, v.56, n.2, p137- 160, Abr/Jun 2005.

\_\_\_\_\_, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública** / Paulo de Martino Jannuzzi. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014.

\_\_\_\_\_, Paulo de Martino. **A Importância dos Indicadores na Elaboração de Diagnósticos para o Planejamento no Setor Público**. Segurança, Justiça e Cidadania p 11-31. Disponível em: <[https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume5/a\\_importancia\\_indicadores\\_elaboracao\\_diagnosticos\\_para\\_planejamento\\_setro\\_publico.pdf](https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume5/a_importancia_indicadores_elaboracao_diagnosticos_para_planejamento_setro_publico.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2021

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**. 2 ed. Brasília, 2012.

JUNIOR, Ademir Círico; GALVÃO, Carlos Rafael. **A primeira impressão é a que fica: a discriminação na seleção de trabalhadores LGBTQIA+ em organizações brasileiras**. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 1, p. 1996-2008, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**; atualização da edição João Bosco Medeiros - 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

MELLO, Luiz, BRITO, Walderes e MAROJA, Daniela. **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades**. Cadernos Pagu [online]. 2012, n. 39 [Acessado 2 Novembro 2021] , pp. 403-429. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>>. Epub 22 Nov 2012. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200014>.

MIGUEL, Luis Felipe. **O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira\*** \* Este texto integra a pesquisa “Teorias feministas da política”, apoiada por recursos do edital FAP-DF nº 3/2015 . Cadernos Pagu [online]. 2021, n. 62, e216216. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>>. Epub 20 Ago 2021. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620016>. Acesso em 10 Out. 2021.

NETO, Nain. **Jovem é assassinado a pedradas no centro de Afogados da Ingazeira**. Disponível em <https://www.naynneto.com.br/jovem-e-assassinado-a-pedradas-no-centro-de-afogados-da-ingazeira/> Acesso em 10 Out. 2022

**O Município Afogados da Ingazeira** - Pernambuco. Disponível em <https://afogadosdaingazeira.pe.leg.br/o-municipio/> Acesso em 13 Abr. 2022.

O que é o GGB (Nossa História). Disponível em <https://grupogaydabahia.com/about/o-que-e-o-ggb-nossa-historia> Acesso em 15 Abr. 2022.

OLIVEIRA, Kris Herik de. **Intensos encontros: Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado e a teoria queer**. Revista Estudos Feministas [online]. 2021, v. 29, n. 1, e67637. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167637>>. Epub 30 Abr 2021. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n167637>. Acesso em 12. Out. 2021.

PERNAMBUCO. **PLANO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT DE PERNAMBUCO**, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Pernambuco, 2017. Disponível em [http://www.sdscj.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano\\_Estadual\\_de\\_Promocao\\_dos\\_Direitos\\_da\\_Populacao\\_LGBT\\_de\\_Pernambuco.pdf](http://www.sdscj.pe.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano_Estadual_de_Promocao_dos_Direitos_da_Populacao_LGBT_de_Pernambuco.pdf). Acesso em 21 Out. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 17.268, de 21 de maio de 2021**. Dispõe sobre o uso do nome social de transexuais e travestis nas relações mantidas com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e instituições privadas de educação, saúde, cultura e lazer no âmbito do Estado de Pernambuco. Palácio do Campo das Princesas, Recife. 2021. Disponível em <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=55414&tipo=> Acesso em 28 Fev. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSA, Alex Araújo. **A criminalização da homofobia sob a ótica do supremo tribunal federal e sua equiparação na lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989 (lei de racismo)**. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas** – 3ª. Edição rev. atua– Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SMANIOTTO, Camila Nava. **EMPECILHOS AO TRATAMENTO ISONÔMICO LGBTI: ANÁLISE DO PRECONCEITO EM SUA FORMAÇÃO CULTURAL E LEGISLATIVA**. 2018.

STECKELBERG, Thiago et al. **DIREITOS HUMANOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS PARA A COMUNIDADE LGBTQI+: BALANÇO DAS CONQUISTAS E DESAFIOS NO BRASIL**. Praxis Jurídica, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2021.



## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

Cargo do Entrevistado: \_\_\_\_\_

Secretaria: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário de início: \_\_\_\_:\_\_\_\_ Horário de término: \_\_\_\_:\_\_\_\_

1.1 Qual a sua função na Secretaria de Assistência Social?

1.2 Você tem conhecimento da existência de algum segmento na Secretaria de Assistência social que trate de demandas LGBTQIA+ na cidade de Afogados da Ingazeira?

1.3 Você tem conhecimento da existência de ações implementadas pela gestão pública direcionadas às pessoas LGBTQIA+ na nossa cidade nos últimos dois anos? Se sim, quais são elas?

1.4 Você tem conhecimento da existência de um planejamento para implementação de políticas públicas nas áreas de saúde e de segurança, direcionadas às pessoas LGBTQIA+ da nossa cidade? Se sim, quais são?

1.5 No Estado de Pernambuco existe a Lei Nº 17268, que dispõe sobre o uso de nome social. Você tem conhecimento sobre o funcionamento do uso do nome social nas escolas e estabelecimentos do município de Afogados da Ingazeira?

## APÊNDICE B - PERGUNTAS FEITAS NO FORMULÁRIO *ONLINE*

### Questionário direcionado à População LGBTQIA+ de Afogados da Ingazeira

Esse formulário foi elaborado como instrumento colaborativo de um TCC, do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, oferecido pela UFRPE e tem o objetivo de conhecer a realidade da população LGBTQIA+ na cidade de Afogados da Ingazeira, bem como suas principais demandas. Todas as informações serão mantidas em sigilo. Os dados serão consolidados e servirão de subsídio para propor Políticas Públicas que sejam direcionadas às pessoas LGBTQIA+ da nossa cidade.

Nome: \_\_\_\_\_

1. Sua idade (Apenas números): \_\_\_\_\_

2. Como você se identifica na sigla LGBTQIA+?

( ) Lésbica

( ) Gay

( ) Bissexual

( ) Interssexual

( ) Assexual

( ) Outro: \_\_\_\_\_

3. Você usa nome social?

( ) Sim ( ) Não

4. Caso seja transgênero, você já tem a sua nova documentação?

( ) Sim ( ) Não

5. Seu grau de escolaridade

( ) Ensino Fundamental Incompleto

( ) Fundamental Completo

( ) Ensino Médio Incompleto

( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Superior Incompleto

( ) Ensino Superior Completo

( ) Outros

6. Você está empregado, no momento?  
( ) Sim ( ) Não
7. Qual a sua profissão ou emprego? \_\_\_\_\_
8. Caso esteja empregado, seu vínculo se define como:  
( ) CLT - Carteira fichada  
( ) Servidor concursado  
( ) Autônomo  
( ) Informal - Sem direitos trabalhistas  
( ) Não estou trabalhando
9. Qual a sua renda mensal?  
( ) Menos de meio salário mínimo  
( ) Até um salário mínimo  
( ) De um a dois salários mínimos  
( ) De dois a três salários mínimos  
( ) Mais de três salários mínimos
10. Você já foi vítima de violência ou agressão física por ser Gay, Lésbica, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexual, Assexual ou outro?  
( ) Sim ( ) Não
11. Você já usou algum serviço oferecido pelo SUS na nossa cidade?  
( ) Sim ( ) Não
12. Qual serviço oferecido pelo SUS você já usou? \_\_\_\_\_
13. Considera que as suas necessidades, quanto aos serviços oferecidos pelo SUS em nossa cidade foram:  
( ) Atendidos  
( ) Parcialmente atendidos  
( ) Não foram atendidos
14. Liste abaixo três demandas que você considera necessárias e a gestão pública de Afogados da Ingazeira poderia implementar, relacionadas à população LGBTQIA+:
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_